



**Stresse e Competência Parental Percebida em Famílias em Risco Psicossocial.**

**Um Estudo Comparativo**

**Soraia Raquel Ascensão Monteiro**

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho realizado sob a orientação de Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Cristina de Oliveira Salgado

Nunes

Faro

2017

**Stresse e Competência Parental Percebida em Famílias em Risco Psicossocial.**

**Um Estudo Comparativo**

**Soraia Raquel Ascensão Monteiro**

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do  
Algarve para a aquisição do grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde.

**Trabalho efetuado sob a orientação de:**

**Professora Doutora Cristina Nunes**

Faro

2017

**Stresse e Competência Parental Percebida em Famílias em Risco Psicossocial. Um  
Estudo Comparativo**

**Declaração de Autoria de Trabalho**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados encontram-se devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

---

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Copyright © Soraia Monteiro

*Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas agir, mas também sonhar; não apenas planejar, mas também acreditar (Anatole France).*

## **Agradecimentos**

Primeiramente gostaria de agradecer à grande mulher da minha vida, a minha mãe. Sem ela, a entrada e a saída da Universidade não teriam sido possíveis. Desta forma, também se torna relevante reconhecer a sua persistência, dedicação, acompanhamento e amor incondicional.

À minha orientadora de dissertação Prof. Doutora Cristina Nunes, pela disponibilidade e atenção em todo o percurso e trabalho académico desenvolvidos. Todos os seus ensinamentos e saberes científicos foram fulcrais para a execução e conclusão da presente.

A todas as famílias que concordaram participar no meu estudo, contribuindo, deste modo, para a recolha da amostra pretendida.

Aos meus verdadeiros amigos, que, durante esta fase, sentiram alguma ausência da minha parte, mas que acredito terem compreendido o motivo da mesma. Agradecer-lhes também os conselhos, o ânimo e a confiança que depositaram, e que ainda depositam, nas minhas capacidades, enquanto pessoa e profissional.

À Tânia, amiga que mais esteve presente na minha vida desde o 3º ano de Faculdade, e que sempre me auxiliou quando pôde e quando eu mais precisei.

Aos meus padrinhos e segundos pais, que nunca colocaram em causa o meu potencial e sempre me fizeram crer na força interior que tinha para superar todos os obstáculos e dificuldades surgidas na vida.

À minha avó que me auxiliou bastante durante estes anos universitários e que percorreu 500km para assistir à minha Bênção das Pastas. À minha prima que também esteve presente nessa cerimónia.

Ao meu ex-namorado, que sempre acreditou no meu êxito, mas também pela sua maturidade, paciência, boa-disposição e positividade.

Ao Hugo, ao Flávio, à Florinda e à Dona Cristina, que sempre me consideraram membro da sua família, me apoiaram e compreenderam as minhas decisões.

Aos meus tios-avós paternos e respectivas filhas, que estão sempre do meu lado, apoiando todo o meu percurso, com caminho para o futuro.

À minha tia Fernanda e à Natália que adoram ver-me sorrir e a evoluir cada vez mais como pessoa e como profissional.

Por último, mas não menos importante, às três estrelinhas que tenho “lá em cima” a olhar por mim e a seguir os meus pequenos grandes passos, e que sempre me amaram e me quiseram ver feliz e bem-sucedida.

A todos vós um enorme obrigado e um caloroso abraço.

## Resumo

A presente investigação teve como principal objetivo realizar uma análise comparativa entre as competências parentais percebidas e o stresse parental em famílias com menores em risco psicossocial e na população geral. Para alcançar este objetivo, recorreu-se a uma amostra de 140 participantes, 64 mães e pais com menores em risco psicossocial, e os restantes 76 progenitores em famílias pertencentes à população geral.

Os resultados obtidos sugerem que os dois grupos apresentam características sociodemográficas significativamente diferentes quanto ao estado civil, à situação e qualificação laboral dos pais, ao tipo de família, e grau de pobreza.

O distresse parental, a interação disfuncional pai-criança, bem como o facto de se tratar de uma criança difícil, foram significativamente mais elevados nas famílias com menores em risco psicossocial do que nas famílias da população geral. No que respeita à satisfação parental, as famílias da população geral obtiveram pontuações superiores às de risco psicossocial. Contudo, na eficácia parental não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Por último, pode-se concluir que existem diferenças entre a população geral e a população com menores em risco psicossocial quanto à satisfação parental, bem como semelhanças relativamente à eficácia parental e às competências parentais percebidas.

**Palavras-chave:** Famílias em risco psicossocial, Competências parentais percebidas, Satisfação parental, Eficácia parental, Stresse parental.

## **Abstract**

The present research had as main objective to perform a comparative analysis between perceived parenting skills and parental stress in families with minors at psychosocial risk and in the general population. To reach this goal, a sample of 140 participants, 64 mothers and parents with children at psychosocial risk, and the remaining 76 parents in families belonging to the general population were used.

The results suggest that the two groups present sociodemographic characteristics that are significantly different in relation to the marital status, the labor situation and qualification of the parents, the type of family, and the degree of poverty.

Parental distress, dysfunctional father-child interaction, as well as being a difficult child, were significantly higher in families with lower psychosocial risk than in the families of the general population. With regard to parental satisfaction, the families of the general population obtained scores higher than those of psychosocial risk. However, in parental efficacy there were no statistically significant differences between the two groups.

Finally, it can be concluded that there are differences between the general population and the population with children at psychosocial risk as regards to parental satisfaction, as well as similarities with respect to parental efficacy and perceived parental competences.

**Keywords:** Families at psychosocial risk, Perceived parental competences, Parental satisfaction, Parental efficacy, Parental stress.

## Índice Geral

I – Introdução .....	1
II– Enquadramento Concetual.....	7
1. Famílias em Risco Psicossocial.....	7
2. Competências Parentais Percebidas.....	19
3. Stresse Parental .....	27
3.1.Definição de Stresse Parental .....	27
3.2.Consequências do Stresse Parental no Funcionamento Familiar e no Desenvolvimento dos Menores.....	29
III – Objetivos do Estudo.....	39
1. Objetivo Geral.....	39
2. Objetivos Específicos.....	39
IV – Metodologia.....	39
1. Tipo de Estudo.....	39
2. Participantes.....	40
3. Instrumentos.....	40
3.1.Questionário de Perfil Sociodemográfico.....	40
3.2.Índice de Stresse Parental.....	41
3.3.Escala de Sentimento de Competência Parental Percebida.....	42
4. Procedimentos.....	43
4.1.Recolha de Dados.....	43
4.2.Tratamento de Dados.....	44
V – Resultados.....	45
1. Caracterização Sociodemográfica dos Participantes.....	45

2. Relações entre as Competências Parentais Percebidas e o Stresse Parental.....	50
3. Relações entre as Variáveis Sociodemográficas, as Competências Parentais Percebidas e o Stresse Parental.....	51
4. Comparação do Stresse Parental e Competências Parentais Percebidas entre os Dois Grupos.....	53
VI – Discussão .....	54
1. Perfil Sociodemográfico dos Participantes.....	54
2. Relação entre as Competências Parentais Percebidas e o Stresse Parental.....	56
3. Relação entre as Variáveis Sociodemográficas, as Competências Parentais Percebidas e o Stresse Parental.....	58
4. Comparação do Stresse Parental e Competências Parentais Percebidas entre os Dois Grupos.....	59
5. Limitações e Contributos do Estudo.....	61
VII – Conclusão.....	62
VIII – Referências Bibliográficas.....	66

Anexos

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pela situação de convivência.....	46
<b>Tabela 2.</b> Distribuição dos grupos famílias da população e famílias com menores em risco psicossocial pela situação de empregabilidade.....	47
<b>Tabela 3.</b> Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pela qualificação necessária a cada emprego.....	48
<b>Tabela 4.</b> Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pelo tipo de família.....	48
<b>Tabela 5.</b> Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pela pobreza.....	49
<b>Tabela 6.</b> Descritivos e comparação dos dados sociodemográficos das famílias da população geral e em risco.....	50
<b>Tabela 7.</b> Relações entre o stresse parental e as competências parentais percebidas.....	51
<b>Tabela 8.</b> Tabela de correlações entre as variáveis sociodemográficas e PSI.....	52
<b>Tabela 9.</b> Correlação de <i>Pearson</i> entre as variáveis sociodemográficas e as dimensões do PSOC.....	52
<b>Tabela 10.</b> Comparação das subescalas do stresse parental entre os dois grupos.....	53
<b>Tabela 11.</b> Semelhanças e diferenças entre as competências parentais percebidas dentro dos dois grupos.....	54



## I - Introdução

Nos últimos anos temos assistido a uma preocupação e a uma atenção dirigida à família cada vez maior, conforme se foi tomando consciência das importantes necessidades de apoio de diverso tipo que experimentam a grande maioria das famílias e, em especial, as famílias usuárias dos serviços sociais comunitários. Acredita-se que uma análise minuciosa das características destas famílias e dos recursos de que dispõem para enfrentar a sua responsabilidade educativa, nos pode permitir obter importantes conhecimentos acerca de que tipo de apoio necessitam estes pais e mães, para que nas suas famílias decorram mais satisfatoriamente as relações com os seus filhos e filhas (Hidalgo García, López Verdugo, & Sánchez Hidalgo, 2004).

O desempenho do papel parental é um dos acontecimentos mais importantes da vida adulta (Hidalgo, 1998), ocorrendo diversas alterações a nível histórico e social. Ser pais é uma tarefa vital que marca uma das transições evolutivas mais importantes do desenvolvimento adulto e cuja adequada resolução contribui positivamente para a maturidade pessoal dos que a realizam (Hidalgo, 1998 *cit in.*, Martín-Quintana *et al.*, 2009).

Nos dias de hoje existem diversos tipos de família, pelo que se torna complicado perceber qual a melhor forma de educar uma criança, já que esta vai depender do tipo de contexto familiar. Para além disso, há que ter em consideração a redefinição de papéis de género, os quais ainda estão em plena construção. Os pais tendem a individualizar a sua tarefa, colocando nela significados pessoais. Assim, estes podem ser diferentes uns dos outros quanto às suas formas de interpretar o seu papel, mesmo que façam parte do mesmo grupo social. Por conseguinte, vêm-se destinados a partilhar diferentes realidades com outros casais, filhos, amigos, técnicos, entre outros, de forma a conseguir algum acordo quanto aos significados sobre a família (Rodrigo, Maíquez, Martín, & Byrne, 2008).

A família é considerada como um espaço de ligações intergeracionais, onde os avós,

pais e filhos transferem afetos e valores entre eles, dando-lhe uma noção de perpétua continuidade. Trata-se, por outro lado, de uma rede de apoio que permite ajudar os seus membros a ultrapassar as transições evolutivas. A tarefa de se ser pai é tão importante que, da sua boa ou má realização, depende o bem-estar dos filhos, pelo que a promoção do mesmo deve ser levado a cabo e ir para além do mínimo exigido pelos serviços jurídicos e de proteção de menores (Rodrigo *et al.*, 2008). Os pais têm o papel de apoiar os seus filhos e atuam como guias do processo de desenvolvimento dos mesmos, fornecendo-lhes conselhos, experiências e conhecimentos que podem ser necessários, dados os desafios evolutivos que estes têm que enfrentar. Para além disso, proporcionam-lhes o apoio cognitivo e afetivo para fazer frente às exigências do desenvolvimento (Cicchetti & Howes, 1991 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008). Assim, a família é considerada uma rede de suporte pessoal e social fundamental, onde são evidenciadas a sua eficácia e ajustamento às situações (Rodrigo & Palacios, 1998).

Embora a parentalidade seja uma experiência positiva e satisfatória para a maior parte dos pais, educar e criar os filhos representa um desafio e exigência constantes. De modo a proporcionar um desenvolvimento saudável aos filhos, os pais devem satisfazer as necessidades primárias, biológicas, ou de sobrevivência (alimentação, saúde, proteção contra os riscos, um tratamento apropriado, um contexto adequado, entre outros aspetos), bem como as necessidades secundárias, com o intuito de manter e fortalecer os laços afetivos positivos e de desenvolvimento das funções cognitivas, linguísticas e sociais num meio favorável e promotor do ajustamento do menor. Contudo, nem todas as famílias conseguem assegurar adequadamente as carências dos seus filhos. Muitas famílias vivem em circunstâncias pessoais e contextuais adversas que dificultam ou limitam as suas competências parentais, comprometendo a sua capacidade para exercer uma parentalidade adequada e o desenvolvimento dos seus filhos (Rodrigo *et al.*, 2008). A infância e a pré-adolescência são fases bastante importantes, uma vez que durante as mesmas, as crianças apreendem as

competências que adquiriram, alcançam novas metas e começam a participar em novas atividades e contextos (Rodrigo *et al.*, 2008).

Dito por outras palavras, ser-se mãe/pai é encaminhar e/ou conduzir as acções dos filhos num determinado rumo, garantindo que estes tenham determinado tipo de comportamentos. É também limitar o que estes anseiam, procurar neles alegrias e satisfações e fazer com que consigam superar desilusões, desapontamentos e frustrações (Rodrigo & Palacios, 1998). Assim, são os adultos que deverão saciar as necessidades globais dos menores, independentemente da sociedade ou do contexto social em que os menores viverem, dado que estes últimos não possuem a capacidade suficiente para se protegerem, e não conseguem tomar decisões sobre a sua vida. Desta forma, pode-se dizer que um desenvolvimento familiar saudável exige um ajustamento entre diversos fatores condicionantes. Conforme a quantidade de recursos pessoais e sociais e de ajudas ou suportes com que os elementos podem contar, a família tem a possibilidade de, por um lado, enfrentar e ultrapassar situações instáveis, ou, por outro lado, de experimentar o insucesso (Rodrigo *et al.*, 2008). Para além disso, o sistema familiar constituiu-se como um suporte perante necessidades financeiras, doenças, incapacidades físicas ou psíquicas, problemas laborais, entre outros (Rodrigo & Palacios, 1998). Assim, as políticas de apoio à família têm o dever de providenciar os recursos mínimos para que as crianças se consigam desenvolver num meio estável e seguro. Caso haja ausência destas duas características, a evolução dos menores estará condicionada. Assim, a família pode ser vista como um contexto educativo, promotor e aperfeiçoador do desenvolvimento psicológico (Freijo, 2004).

As atuais gerações defrontam-se com alterações quanto à dinâmica e às particularidades familiares, tais como o aumento do número de famílias monoparentais e reconstituídas, e da idade da maternidade, bem como a redução da quantidade de filhos, dada a entrada da mulher no mercado de trabalho, entre outros aspetos (Rodrigo & Palacios, 1998).

Segundo a literatura, a monoparentalidade, o baixo nível educativo, e viver com dificuldades financeiras e em bairros perigosos, entre outros fatores, transfiguram a tarefa de ser pai ou mãe em algo bastante complicado. Assim, se os progenitores possuem uma boa competência parental, o desenvolvimento dos respectivos descendentes pode não ficar afetado (Rodrigo *et al.*, 2008).

Perante o que que foi mencionado anteriormente, o principal problema em destaque nesta dissertação prende-se com as diferenças e as semelhanças entre as famílias pertencentes à população geral e as famílias que possuem menores em risco psicossocial, quanto às variáveis de stresse parental e competências parentais percebidas: “As famílias com menores em risco psicossocial, devido às suas características mais precárias a nível económico, habitacional e social, estarão mais predispostas a experienciar altos níveis de stresse parental e baixa perceção acerca das suas competências enquanto pais, comparativamente às famílias da população geral?”

Assim, o estudo da família é importante na medida em que permite conhecer as raízes de cada pessoa, pois a família é percebida como sendo o primeiro sistema no qual um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais são experienciados pelo indivíduo em desenvolvimento e cujas trocas proporcionam as bases para o estudo do desenvolvimento pessoal (Sigolo, 2004 *cit in.* Silva, Nunes, Betti & Rios, 2008).

A família, sendo o ambiente imediato no qual a maior parte das crianças é criada, deve ser a unidade principal de investigação da experiência humana precoce. A maioria das famílias é constituída por diversas interações (marido-esposa, pais-criança, entre outras). Este contexto de desenvolvimento deve enquadrar sistemas que criem caminhos diretos e indiretos de influência na família e de papéis múltiplos dos indivíduos. Assim, a investigação das interações mãe-pai-criança evidencia a significância da relação entre marido e mulher e a necessidade de estudar a relação entre pais e crianças dentro do sistema familiar (Belsky,

1981 *cit in.* Silva, Nunes, Betti & Rios, 2008).

É ainda essencial analisar as diferenças entre as famílias em risco e as da população geral sobretudo para assinalar a possível vulnerabilização de condições ou processos subjacentes ao desenvolvimento da família e que a podem impedir, por um período de tempo, de funcionar a um nível que lhe permita atender às necessidades afetivas, sociais e pessoais dos elementos que a constituem. Partindo deste princípio, no qual a família adota um papel demasiado importante, parece-me interessante perceber os comportamentos a nível familiar que podem estar intimamente relacionados com o exercício da parentalidade e que podem comprometer o desenvolvimento dos filhos. É também necessário conhecer e comparar a dinâmica familiar para que haja uma maior eficácia ao nível da intervenção e para que as necessidades familiares possam ser atendidas.

Para além disso, considerei relevante estudar as variáveis stresse parental e competências parentais, uma vez que é importante ter em conta as formas adaptativas que o sujeito poderá vir a desenvolver no sentido de vir a providenciar as competências parentais necessárias ao crescimento e desenvolvimento infantil. Também é importante que perceba quando está a ter uma visão distorcida da realidade, a qual faz com que o stresse venha a ser agravado. Quando este último se torna elevado, os pais terão um menor controle sobre o que está a acontecer ao seu redor, prejudicando a aquisição de competências necessárias para as exigências do seu meio.

Esta dissertação estrutura-se em nove capítulos, um referente ao enquadramento teórico, no qual são descritos e analisados os conceitos estudados, expostas as características das famílias em risco psicossocial, as competências parentais percebidas e o stresse parental. Nos restantes capítulos expõem-se os objetivos gerais e específicos do estudo, a metodologia (participantes, instrumentos e procedimentos), a apresentação e discussão dos resultados, onde estão englobadas as limitações do presente estudo, e, por fim, as conclusões, nas quais

estão presentes as perspectivas para futuras investigações e programas de apoio e formação parental. O último capítulo é referente aos anexos utilizados nesta dissertação.

## **II – Enquadramento Concetual**

### **1. Famílias em Risco Psicossocial**

Quando os sistemas familiares não favorecem a saúde, nem garantem o desenvolvimento apropriado dos seus elementos, especialmente o dos menores, estamos perante famílias em situação de risco psicossocial (Hidalgo García *et al.*, 2009). São o tipo de família em que os pais responsáveis pela prestação de cuidados, atenção, criação e educação do menor, fogem às suas obrigações parentais, ou exercem inapropriadamente as mesmas, dificultando a evolução pessoal e social dos filhos, mas sem atingir uma severidade que justifique uma medida de auxílio (Rodrigo *et al.*, 2008).

Os motivos pelos quais os menores podiam ficar sem as suas necessidades básicas satisfeitas estavam associadas aos sistemas familiares deteriorados por vários fatores, ou seja, por famílias que não exerciam de forma apropriada as funções parentais e que faziam parte de setores de marginalização e de exclusão social. Atualmente começa a ser bastante frequente o pedido de ajuda de famílias imigrantes, famílias em situação de divórcio, famílias reconstituídas, famílias com horários de trabalho sobrecarregados e que se encontram com escassos suportes familiares, famílias que estejam a passar por uma situação e/ou evolução relevante, a qual não está a ter um rumo apropriado, famílias com violência entre parceiros, entre outros tipos. Tudo isto faz referência a um conjunto de fatores que, embora não estejam associados a problemas socioeconómicos ou com o estatuto social baixo, comina a segurança familiar, a proteção e o bem-estar dos menores (Rodrigo *et al.*, 2008).

Assim sendo, as famílias em risco psicossocial podem deparar-se com múltiplas circunstâncias familiares (Hidalgo *et al.*, 2009) e encontram-se num estado de perpétua mudança, mas não há maior mudança do que a separação e o divórcio dos progenitores. As famílias monoparentais aumentaram muito nas últimas décadas, em grande medida devido às altas taxas de divórcios e também porque o casamento deixou de ser encarado como uma

“obrigação” para muitas mulheres (Schaffer, 2005). Este tipo de variáveis demográficas (elevadas taxas de divórcios), ao conceberem um alto número de famílias monoparentais com fracos recursos financeiros, não irá simplificar a prática de uma criação de qualidade (Freijo, 2004). Contudo, uma mulher que fica sozinha com os filhos ainda constitui uma família, e esta experiência pode ser uma de uma série de reorganizações familiares, como quando a mãe se torna a casar, se forma uma família reconstituída, nascem novas crianças, entre outros aspectos, pelo que se reorganizam estilos de vida e se assumem novos papéis. Ao desequilíbrio seguem-se tentativas de recuperação da harmonia, e a bem das crianças envolvidas é essencial que se procurem novos ajustamentos (Schaffer, 2005).

Estas famílias também experienciam situações de vida assinaladas pela instabilidade e debilidade económica e laboral, visto que possuem elevados níveis de desemprego (Menéndez Álvarez-Dardet, Hidalgo García, Jiménez García, Lorence Lara, & Sánchez Hidalgo, 2010). De forma global, o suporte emocional e financeiro é visto como um auxílio crucial para as mulheres que residem sozinhas e que possuem obrigações familiares (Hidalgo *et al.*, 2012). Para além disso, têm que enfrentar a carência de suporte social (Ayala-Nunes *et al.*, 2014). Este tipo de famílias possui, por norma, redes de suporte que têm, com frequência, uma constituição e organização pouco adequadas (García *et al.*, 2012). Um dos dilemas das famílias em risco psicossocial é o facto de não contarem, muitas das vezes, com o apoio da família extensa (avós, tios, primos, entre outros membros), fazendo com que tenham de encarar autonomamente a tarefa de criar e promover o desenvolvimento dos seus filhos com precários apoios (Rodrigo & Palacios, 1998). Desta forma, para as circunstâncias de risco, a rede de suporte é mais restringida (Nunes & Ayala-Nunes, 2015). Pode-se ver que os maiores suportes das famílias que não se encontram em risco, quando se deparam com uma dificuldade que envolva os filhos, estão presentes no casal, na avó (mãe dos progenitores) e na instituição escolar, enquanto que nas famílias em situação de risco encontram-se na

vizinhança, no amigo, nos serviços sociais, nos serviços de proteção do menor e noutras pessoas. Estes dois últimos suportes têm que ser bons sistemas, no sentido de analisar o grau de risco psicossocial e o suporte social que este tipo de famílias possui. Contudo, este tipo de famílias (em risco) detém uma maior desigualdade entre os indicadores de risco e os suportes sociais, o que faz com que haja uma maior vulnerabilidade quando se depara com novos desafios e com uma pequena quantidade de recursos, evidenciando, igualmente, comportamentos adversos e desfavoráveis, e menos condutas pró-sociais e ternas. Assim, torna-se raro haver demonstrações de responsividade e de mutualidade positiva perante os comportamentos dos descendentes, empregando muito poucos estratégias de verbalização quando se relacionam com eles. Desta forma, as crianças em risco psicossocial residem em contextos psicossociais desfavorecidos, tais como a escassez de cuidados ou de relacionamentos apropriados com os seus progenitores e familiares, bem como vivências desajustadas, vizinhança violenta e perigosa, instituições escolares pouco perceptíveis aos dilemas comunitários, acesso claro a estupefacientes ou ao álcool, os quais podem modificar o seu sistema de desenvolvimento psicológico e social. O suporte social é, assim, muito relevante para as famílias em risco psicossocial, uma vez que este aperfeiçoa as práticas educativas e o bem-estar psicológico parental, e proporciona oportunidades para a aprendizagem social dos menores. É também considerado um fator de proteção perante o risco (Rodrigo *et al.*, 2008). O apoio social também tem sido relacionado a melhorias psicológicas, bem como as que se encontram associadas à saúde. De uma forma global, o suporte social está associado a consequências benéficas quando o tipo e a fonte são coerentes com as necessidades parentais (Aranda, 2013). A maior parte dos autores revela que o suporte social tem repercussões no bem-estar físico e psicológico, diminuindo o embate das circunstâncias stressantes, e fomentando, ao mesmo tempo, o senso de identidade, a autoestima e o bem-estar físico (Rodrigo *et al.*, 2008). A presença do cônjuge na rede de

suporte é vista como um fator positivo do funcionamento familiar para a maior parte das mulheres (Nunes, Lemos, Nunes, & Costa, 2013) e dos restantes sujeitos.

Existem certas práticas que se podem considerar de risco, nomeadamente quatro: 1) disciplina incoerente, que se estabelece quando os pais não são sistemáticos nas suas ações e exibem, perante uma mesma situação, condutas contraditórias (incoerência intraparental), repreendem condutas apropriadas ou recompensam as desajustadas, empreendem um acompanhamento bastante limitado ou incongruente das ações dos seus filhos, rendem-se perante as suas imposições e alteram inesperadamente as suas expectativas e atitudes, também se podendo evidenciar uma ausência de concordância entre os pais no preciso momento de instituírem normas educativas (incoerência interparental ou discrepância educativa), ou com outros elementos familiares; 2) disciplina colérica e explosiva, cuja situação mais extrema é o maltrato físico infantil e em que o parâmetro mais visível deste tipo de disciplina é a utilização de métodos coercivos para impor a vontade sobre a criança, como agredir, berrar, ofender e aterrorizar, costumando gerar-se longos conflitos entre pais e filhos; 3) baixa implicação e supervisão que demonstram um enorme descuido pela saúde e/ou higiene, educação e ócio dos filhos, falta de conhecimento acerca das necessidades emocionais e cognitivas destes, bem como uma negligência nas obrigações de preservação e segurança física. Outras formas mais ténues de negligência pressupõem uma míngua implicação na educação dos seus filhos, ou seja, os pais desprezam o tipo de tarefas que os filhos executam, não têm conhecimento de quem são os seus amigos, nem como é a sua prestação nos estudos, e, para além disto, mesmo que saibam que possuem más companhias, manifestam-se incapazes ou desinteressados em proibir ou monitorizar a situação. Assim, os pais não têm por hábito efetuar atividades com os seus descendentes, não têm disponibilidade para os mesmos, havendo, por sua vez, uma tendência para que estes fiquem carentes do suporte emocional essencial para encararem algum contratempo; 4) disciplina rígida e

inflexível, onde os pais não adequam as suas táticas de acordo com a idade dos seus filhos, com o tipo de comportamento ou de problemas envolvidos no cenário conflituoso, e, ao invés disto, apenas empregam um grupo bastante parco de estratégias que utilizam em qualquer tipo de transgressão das normas, descurando os fatores situacionais, não regulando a intensidade da disciplina em função da seriedade da violação. Nunca utilizam estratégias de negociação de conflito, fazendo, pelo contrário, uso de uma forma influente do castigo, enquanto que a racionalidade tem uma reduzida possibilidade em surgir (Rodrigo *et al.*, 2008).

Outros exemplos de fatores de risco patentes de maneira incidente são, por exemplo, as histórias de crianças de pais com os seus traços psicológicos, com relações inapropriadas entre progenitores e descendentes, e violência entre os parceiros, os quais são a favor do castigo físico, entre outros aspetos. Contrariamente, os fatores protetores são, por exemplo, o carinho dado pelos progenitores, um bom nível socioeconómico, uma vizinhança com adequados equipamentos sociais, situações que atenuam o stresse familiar (o ultrapassar uma etapa complicada para o menor ou seus progenitores, ter em consideração o apoio de uma avó) (Rodrigo *et al.*, 2008), a estrutura biparental, a firmeza e segurança, e o facto de não residirem muitos elementos na mesma habitação (Nunes & Ayala-Nunes, 2015).

A literatura internacional acerca destas famílias afirma que os pais que encabeçam as mesmas, se encontram extremamente stressados e sobrecarregados, atingindo limites clínicos (Pérez Padilla & Menéndez Álvarez-Dardet, 2014).

Falando agora das consequências que todos estes factores de risco acarretam para os progenitores e respetivos descendentes, torna-se importante afirmar que a forma como os pais interagem com os seus filhos podem ter grandes repercussões no percurso desenvolvimental, bem como nos resultados associados à criança (Aranda, 2013). Os pais que apresentam maiores dificuldades em gerir as suas emoções negativas, com uma baixa autoestima, ou com

um passado de maltrato na sua própria infância, parecem encontrar-se em maior risco de maltratar os seus filhos (Trianes, 1999). Para além disso, tem sido prestada muita atenção ao modo como a qualidade do casamento dos pais se relaciona com o ajustamento da criança, no pressuposto de que uma boa relação conjugal tende a estar associada a uma relação pais-filhos satisfatória, o que, por seu turno, levaria ao desenvolvimento ótimo da criança. Quando, por outro lado, os pais não se dão bem, a relação com a criança tende igualmente a deteriorar-se. As provas confirmam estes pressupostos: verificou-se que a qualidade conjugal está relacionada com diversos aspetos do desenvolvimento da criança, como sejam a segurança da vinculação, estratégias de aprendizagem eficazes, maturidade do controlo dos impulsos e maturidade emocional. Face a estas conclusões, é obviamente tentador concluir que as crianças se desenvolvem satisfatoriamente porque os pais se dão bem, ou seja, que o comportamento parental é a causa e o desenvolvimento da criança o efeito (Schaffer, 2005).

A simples comparação entre essas crianças e as que vivem com ambos os pais sugere isso mesmo: as primeiras tendem a ter piores resultados num vasto leque de medições, incluindo o ajustamento emocional, competências sociais, autoconceito e vida académica. Os lares monoparentais não se distinguem apenas pela ausência de um dos progenitores, pelo que também tendem a ser financeiramente mais penalizados, tendo as crianças mais privações materiais do que os seus pares. Na realidade, se se descontarem os efeitos de um baixo rendimento e o concomitante stresse das mães, a diferença entre crianças que vivem com um progenitor e crianças que vivem com os dois desaparece (Schaffer, 2005). A monoparentalidade é um fator que, junto com outros, amplifica a possibilidade de risco no desenvolvimento do menor. Devido a isto, prevê-se que os perfis de risco sejam distintos neste tipo de estrutura familiar (Rodríguez *et al.*, 2006). De acordo com Pérez Padilla, Menéndez Álvarez-Dardet, & Victoria Hidalgo, 2014, a monoparentalidade não se relacionou com níveis de stresse parental. Contudo, as famílias monoparentais e biparentais que se

encontram em situação de risco possuem uma realidade hostil e difícil. Peirson e colegas (2001) realçam que viver numa família com dois cuidadores proporciona à criança uma importante vantagem no alcance de resultados educacionais e sociais. Em comparação com crianças integradas em famílias monoparentais, as crianças que vivem com dois cuidadores apresentam menos problemas emocionais e comportamentais, bem como menos dificuldades académicas e sociais que, como já referido, se constituem como aspetos que diminuem a probabilidade da ocorrência de maltrato (Trianes, 1999). A participação do pai na educação dos filhos tornou-se muito mais comum, e é crescente o número de crianças que vive agora só com o pai (Schaffer, 2005).

As famílias de maior risco psicossocial e as famílias monoparentais exibiram indicadores menos benéficos, comparativamente às famílias biparentais. Desta forma, consegue-se ver que as mulheres destes dois primeiros grupos geralmente possuem empregos de baixa qualificação laboral, exibem dilemas financeiros e contavam em maior medida com apoios sociais para solucionar os problemas económicos, nomeadamente as famílias pertencentes ao primeiro grupo (García *et al.*, 2012).

No que concerne aos indicadores familiares, as análises efetuadas não mostraram diferenças significativas entre as famílias biparentais e as monoparentais quanto ao nível de stresse parental experimentado pelas mães (Pérez *et al.*, 2014). Não obstante, as mulheres que encabeçaram famílias monoparentais mostraram, uma maior predisposição para enfrentar as situações stressantes mediante estratégias centradas no problema (Pérez Padilla *et al.*, 2014). Assim, as mães que lideram as famílias em risco psicossocial têm tendência a possuir um nível educativo básico e a serem mulheres de meia-idade. Estas famílias costumam ser estáveis quanto aos estudos referenciados, nelas crescem entre três e quatro filhos, e uma quinta parte delas convivem com algum membro da família extensa (Menéndez *et al.*, 2010 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2014). Desta forma, é comum em muitas destas famílias existir

uma precária percentagem de emprego e os progenitores que trabalham, fazem-no maioritariamente em trabalhos de baixa ou nula qualificação e sem regulação contratual. (Pérez Padilla *et al.*, 2014). O ensino superior poderia melhorar o autoconceito ou a autoeficácia de uma mulher (Bandura, 1982 *cit in.*, Ardoino *et al.*, 2015), que poderia, por conseguinte, desempenhar um papel na forma como ela se percebe no papel maternal (Dohrenwend, 1970 *cit in.*, Taylor *et al.*, 1997). Outros resultados indicaram que as que haviam superado os estudos secundários ou que trabalham enfrentavam as situações de stresse centrando-se em maior medida no problema em comparação com as mães de um nível educativo elementar ou que se encontravam sem emprego (Pérez Padilla *et al.*, 2014). Para além disso, os estudos têm revelado que a desvantagem económica é um preditor significativo de eventos de vida negativos (Dohrenwend, 1970 *cit in.*, Taylor *et al.*, 1997). Os menores que vivem em domicílios com baixos rendimentos têm uma maior probabilidade em experienciar eventos como o divórcio e a transferência escolar (Garmezy, Masten, & Tellegen, 1984 *cit in.*, Taylor *et al.*, 1997). As evidências também têm revelado que quanto mais as mães reportaram tensão financeira (e.g., dificuldade em pagar as contas), mais negativamente elas percebiam o seu papel materno, bem como as suas responsabilidades (McLoyd, Jayaratne, Ceballo, & Borquez, 1994).

A pobreza evidenciou a manifestação de um efeito direto nas condições de vida, e no tipo de relacionamentos diários intrafamiliares dos sistemas familiares que estão associados a esse estado. As pesquisas acerca da evolução das crianças revelam que o ato de viver em pobreza força os menores a um estado de vulnerabilidade e, na maior parte das situações, de degenero quanto à evolução desenvolvimental, quer ao nível biológico, quer ao nível psicossocial (Kotliarenco, 1996). Uma vez ter aumentado o número de famílias que habitam num grau abaixo de pobreza, é essencial perceber as experiências de progenitores que se vêem confrontados com o esforço em criar os seus descendentes no preciso momento em que

lutam contra os insuficientes recursos e as pressões a nível emocional, física e mental (Aranda, 2013). A família que se encontre num contexto social em que os usos, valores e condições socioeconómicas se vão transformando com grande rapidez, vivencia mudanças profundas, não só na sua forma, mas também nos papéis que desempenham os seus membros, nas relações que estabelecem entre si e nas funções que podem ir abrangendo. Quanto aos efeitos diretos da pobreza reconhece-se que uma maioria de crianças de famílias que vivem sem domicílio ou em condições de acentuada pobreza não vão à escola, vivem condutas negativas e depressões entre os seus familiares e estão expostos a ambientes perigosos do ponto de vista físico e emocional. Também crianças em idade escolar e pertencentes a famílias desempregadas, comparadas com famílias de estatuto médio, estudadas em diversos trabalhos, mostraram condutas inadaptadas, insociáveis, psicopatológicas, para além de baixos resultados escolares. Também assinalaram um maior stresse na sua vida. A sociedade reconhece que a pobreza ameaça a saúde física e o bem-estar psicológico das crianças, que sofrem insegurança e falta de confiança. Padecem também de uma privação material, falta de recursos educativos e de uma criação familiar inadequada. A isto se associam uma elevada frequência de tensão e conflitos entre os pais, e de depressão entre as mães. Para além disso, estão suscetíveis à marginalização entre os seus iguais por serem pobres, pelo que a sua vida fica à mercê dos programas de ajuda pública ou de caridade. O efeito destes ambientes empobrecidos nunca se pode afastar da privação de afeto e cuidado que neles se produz, posto que a escassa estimulação por falta de recursos materiais pode compensar-se sempre com uma dedicação e afeto do cuidador face ao bebé. Quando a família está submetida à pressão de pobreza extrema normalmente ocorre que os pais não estão interessados em que as crianças recebam uma boa educação, não têm expectativas face aos filhos, não lhes proporcionam guias de desenvolvimento, nem atendem as suas necessidades, e oferecem modelos negativos que a criança observa e imita. A pobreza trata-se, desta forma, de um fator

que se encontra também fortemente associado ao maltrato, em grande parte devido ao facto de existir, nestes contextos (de pobreza), uma maior probabilidade do individuo vivenciar situações de vida geradoras de stresse e desgaste psicológico, bem como um menor número de recursos para lidar com eles (Trianes, 1999). Os estudos evidenciam que os contextos comunitários com uma maior incidência de pobreza se encontram associados a ambientes negativos do ponto de vista físico e interpessoal, com a presença de outras problemáticas como a criminalidade, violência e baixa coesão social, bem como de um maior numero de stressores, aspetos que contribuem para aumentar a sobrecarga e desgaste familiares. Como o problema é estrutural, torna-se muito complicado desenvolver algum tipo de ajuda para superar estas condições ameaçadoras em famílias de risco. As soluções exigiriam mudanças nos sistemas sociais, superando resistências e rotinas estabelecidas.

Outro aspeto importante para o desenvolvimento destas crianças é a idade dos seus progenitores, sendo mais favorecedor que sejam pais jovens (Simón, Correa, Rodrigo y Rodríguez, 1998 *cit in.*, Freijo, 2004), uma vez que estes necessitam de bastante energia e dedicação e de se ajustar ao ritmo dos seus filhos. A qualidade do clima emocional familiar parece mais importante que a própria estrutura da família, que pode ser tanto tradicional, como uma das novas estruturas, tais como as famílias monoparentais ou reconstituídas. As crianças que normalmente possuem um maior número de problemas nas relações parentais estão muito menos dispostas a despende a sua energia às atividades escolares (Freijo, 2004).

As famílias monoparentais possuem dois perfis de risco. O primeiro diz respeito a indicadores de negligência parental e violência entre família (necessidade de redes de suporte, negligência, equívoco nas necessidades básicas, problemas de comportamento social, perturbações emocionais no(a) filho(a) e relacionamentos violentos entre o casal e os irmãos). O segundo perfil diz respeito a situações de mal-estar psicológico e necessidade de competências maternas e problemas de ajustamento do(a) filho(a). Combina fatores

contextuais (história de abandono da mãe, mal-estar psicológico e falta de competências de gestão doméstica) e fatores próximos focalizados na escassez de conhecimento e de preocupação com as carências dos filhos e os resultados nefastos face a eles (absentismo, atraso acadêmico, problemas de comportamento), assim como os dilemas de convivência entre progenitores e descendentes (Rodríguez *et al.*, 2006).

Como síntese integradora, pode-se falar do modelo multidimensional do ajuste pessoal e social a longo prazo. Segundo este modelo, o ajuste pessoal e social que uma pessoa atinge vai depender da interação de várias dimensões: a pessoal e a relacional, a do cenário ou contexto de desenvolvimento e a dos eventos vitais. O eixo horizontal está definido pela dimensão pessoal e relacional, situando-se no seu polo negativo a vulnerabilidade, e no polo positivo, a resiliência. O eixo vertical está definido pelas características do contexto ou do cenário do desenvolvimento, e no seu polo positivo encontram-se os fatores de proteção e no polo negativo os fatores de risco. No eixo transversal, situam-se os eventos vitais stressantes, os quais correspondem a situações de crises. Quando um indivíduo se reúne num contexto de desenvolvimento, no qual predominam os fatores de proteção (quando a pessoa conta com os recursos necessários e suficientes para fazer face às adversidades, não existindo ou existindo muito poucos eventos de stresse significativo na sua vida), pode-se afirmar que essa pessoa terá tendência a ter um maior ajuste pessoal e social do que quando se desenvolve num contexto em que há a predominância dos fatores de risco. Quando estas situações acontecem, a pessoa é bastante vulnerável e na sua vida aconteceram vários eventos vitais stressantes. O primeiro deles é que as situações familiares se apresentam num contínuo de normalidade, baixo, médio e elevado risco. Enquanto que as famílias com um funcionamento mais normalizado tenderão a ter um balanço mais positivo a favor dos fatores de proteção e de resiliência, as famílias com um diverso grau de risco, tenderão a apresentar menores ou maiores descompensações a favor dos fatores de risco e da vulnerabilidade.

Também se torna necessário falar do modelo ecológico-transacional de Cicchetti e Rizley (1981). Este baseia-se na ideia de que em cada nível ecológico existem fatores de risco e fatores de proteção que interagem de forma dinâmica dentro do nível e irradiam a sua influência até aos níveis circundantes. Os fatores de risco são aquelas condições biológicas, psicológicas, ou sociais que aumentam a probabilidade do aparecimento de uma determinada conduta, situação ou problema que comprometam, em menor ou maior medida, o ajuste pessoal e social das pessoas. Quando nas transições horizontais e verticais, as quais moldam o curso de desenvolvimento, predominam os fatores de risco sobre os de proteção, incrementa-se a probabilidade de que ocorram comportamentos educativos inadequados e o desenvolvimento das crianças vá sendo afetado em menor ou maior medida. Da mesma forma, quando esta descompensação se produz nos níveis mais próximos ao indivíduo, o risco de desproteção do menor é maior do que quando se produz nos níveis mais afastados. Há que ter em conta também a dimensão temporal. Assim, os fatores de risco e de proteção podem ser associados a situações permanentes ou transitórias (Palacios, Jiménez, Oliva y Saldaña, 1998). Apesar desta análise muito completa e detalhada, não se pode assegurar que, naquelas famílias nas quais se oferece uma determinada combinação de fatores de proteção e de risco, não se venham a produzir comportamentos educativos inadequados com esta ou aquela probabilidade. A razão disso acontecer é que, segundo o pressuposto transacional, a pessoa em desenvolvimento também contribui ativamente para os resultados que produzem essa combinação de fatores de proteção e de risco. Assim, as pessoas respondem de uma forma peculiar a estas influências e enfrentam, de uma menor ou melhor forma, a resolução das suas tarefas vitais (Cicchetti y Valentino, 2006).

O mal-estar que advém de todos os aspectos mencionados anteriormente pode tornar-se num impedimento para a obtenção de níveis de satisfação parental, uma vez que criar e instruir um menor nestas circunstâncias é uma tarefa extremamente árdua e complicada.

Contudo, a educação desses menores, tendo em consideração todas estas dificuldades, pode aumentar o sentimento de eficácia dos progenitores. Uma outra possível explicação é que este tipo de mães têm uma noção diferente do que é ser uma mãe competente daquela que é partilhada por outros grupos sociais, ou então possuem uma ideia fantasiada das suas capacidades (Ayala-Nunes *et al.*, 2014). Pode acontecer igualmente que, por uma questão de desejabilidade social, tenham afirmado sentir uma maior eficácia do que na realidade sentiam (Nunes & Ayala-Nunes, 2015).

Desta forma, perante situações de risco psicossocial, o ideal será intervir, tentando anular os fatores de risco e acompanhar o crescimento e progresso infantil e familiar. Isto fará com que o menor não seja retirado à família, com que haja tratamentos familiares educativos e reparadores e se apele ao superior interesse da criança, apesar de, por vezes, os melhores meios preventivos não serem tidos em consideração ou não terem o resultado desejado (Amorós & Palacios, 2004). Desta forma, é fundamental que os pais disponibilizem o seu espaço a fontes de apoio exteriores, apesar das dificuldades que isso possa gerar. Contudo, o apoio vindo de várias origens a um mesmo sistema familiar necessita de uma boa organização e estrutura de serviços sociais e instituições (Rodrigo *et al.*, 2008), dado o desequilíbrio de fatores de risco e de proteção, os relacionamentos instáveis e as peculiaridades dos seus elementos familiares (Pérez Padilla *et al.*, 2014). A perceção, por parte dos progenitores e/ou cuidadores da existência de redes de apoio para além da família está relacionada com uma parentalidade e um desenvolvimento da criança mais positivos, concebendo igualmente um importante papel na qualidade da relação pais-filhos (Trianes, 1999).

## **2. Competências Parentais Percebidas**

São inúmeros os determinantes do comportamento parental. Um deles diz respeito às competências parentais percebidas, o qual é contextualizado no estudo das cognições

parentais com repercussões no desenvolvimento e na conduta parental e infantil (Ferreira *et al.*, 2011).

Podemos começar com a definição de competência de Waters y Sroufe (1983) e de Masten y Curtis (2000). Assim sendo, a competência é um conceito integrador que se refere à capacidade das pessoas para gerarem e coordenarem respostas (afeto, cognição, comunicação e comportamento) flexíveis e adaptativas a curto e a longo prazo perante as exigências relacionadas com a realização das suas tarefas vitais, bem como para produzirem estratégias no sentido de aproveitar as oportunidades dos contextos de desenvolvimento. Também Masten y Coatsworth (1998) definem a competência como uma norma efetiva de adaptação ao ambiente, que implica um êxito razoável nas tarefas evolutivas que as pessoas têm que resolver em determinadas idades ou segundo o seu género, no contexto da sua cultura e no momento histórico que viveram. A competência possui diversas peculiaridades que convém destacar, uma vez que é multidimensional, bidirecional, dinâmica e contextual. Multidimensional uma vez que implica o funcionamento integrado da cognição, do afeto e do comportamento. Bidirecional porque serve, tanto para propiciar o ajustamento pessoal e social aos contextos, como para extrair o máximo possível destes. Dinâmica porque se altera à medida que o individuo enfrenta novos desafios e tarefas evolutivas que deve resolver, assim como expectativas sociais que deve cumprir. Contextual num duplo sentido porque as tarefas evolutivas se praticam em contextos vitais e porque tais contextos oferecem oportunidades para novas aprendizagens e práticas (Rodrigo López *et al.*, 2009),

As competências parentais são um conjunto de capacidades que os pais têm para que possam encarar, de forma flexível e adaptativa, o seu papel parental, conforme as necessidades evolutivas e educativas dos descendentes e com os padrões ponderados como aceitáveis pela sociedade, tendo em consideração todas as oportunidades e suportes que os sistemas de influência da família lhes fornecem para por em prática ditas competências

(Rodrigo *et al.*, 2008).

A competência parental percebida diz respeito à percepção de que os progenitores têm as competências imprescindíveis para criarem e educarem os seus descendentes (Montigny & Lacharité, 2005).

Existe um conjunto de habilidades que devem ser promovidas (Azar, 1998). Esta análise é tão ampla que poderia ser aplicada não só à parentalidade mas também a praticamente a todas as tarefas vitais da etapa adulta. Assim, por exemplo, esta autora refere, para além das habilidades educativas (por exemplo, resolução de problemas, gestão das crianças, cuidado físico e psicológico, segurança e proteção face aos perigos), as habilidades sociais (resolução de problemas interpessoais, empatia, assertividade, e reconhecimento de emoções) e sociocognitivas (perspetivismo, expectativas apropriadas, complexidade cognitiva, autoeficácia), junto com as habilidades de autocontrolo (controlo da impulsividade, interpretações positivas, assertividade, autocontrolo) e de gestão de stresse (relaxamento, fazer face às adversidade de forma adequada, manutenção da redes sociais). Todas estas competências fazem com que os pais se sintam agentes protagonistas, ativos, capazes e satisfeitos com o seu papel parental (Máiquez, Rodrigo, Capote, & Vermaes, 2000).

Desta forma, a prática parental exige certas competências, as quais se encontram associadas com os seguintes setores: (a) funcionamento pessoal - resiliência, reflexão acerca do próprio comportamento, autoeficácia parental, locus de controlo interno, o ato de tomarem decisões enquanto casal acerca dos critérios educativos e das condutas a serem realizadas com os filhos, e a percepção ajustada do papel parental; (b) competências ligadas ao papel parental - cuidados físicos e emocionais, compromisso com a atividade parental, procedimentos disciplinares, e a aceitação dos encargos parentais; e (c) competências ligadas ao relacionamento com a criança - interesse pelas experiências e bem-estar infantis, compreensão, afinidade, e identificação das necessidades do menor (Rodrigo López *et al.*,

2009). Para além destas já descritas, também são necessárias as práticas educativas, a autonomia pessoal e procura de apoio social (Rodrigo *et al.*, 2008).

Assim, não se pode apoiar a parentalidade sem incrementar todas estas competências, para que os pais consigam encarar a sua própria vida adulta com algumas garantias de futuro, o que para as famílias em risco psicossocial se torna uma tarefa bastante árdua devido à sua própria história pessoal de carências afetivas, à dificuldade para instituir relacionamentos de intimidade com o cônjuge, à quase nula rede de suporte social, à escassez de competências sociais, ao absentismo escolar que dificulta a entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente à aquisição instável de recursos financeiros, e ao facto de encararem a parentalidade, frequentemente, muito cedo e com escassos recursos pessoais e sociais (Rodrigo *et al.*, 2008)

A competência parental tem de ser avaliada tendo em conta o contexto psicossocial, o cenário educativo e as características do menor (Rodrigo *et al.*, 2008).

Existem duas dimensões das competências parentais percebidas: (a) a autoeficácia parental; e (b) a satisfação parental. Quanto ao primeiro construto, as investigações têm salientado a relevância do mesmo para o bem-estar pessoal, conjugal e familiar (Montigny & Lacharité, 2005). Assim, a eficácia parental diz respeito às crenças que os progenitores possuem de que são aptos e competentes em ter êxito na parentalidade (Shumow & Lomax, 2002). A investigação afirmou que a autoeficácia parental está associada às competências parentais, ao funcionamento psicológico dos progenitores, bem como à adaptação e/ou ajustamento do menor (Jones & Prinz, 2005). A autoeficácia parental tem sido exibida como o principal determinante das condutas dos progenitores competentes e, sendo assim, encontra-se profundamente conectada à evolução saudável da criança (Sevigny & Loutzenhiser, 2009), para além de ser considerada um indicador de risco (Jones & Prinz, 2005). A autoeficácia parental também pode ser vista como um fator de proteção para as

famílias que vivem em circunstâncias ambientais difíceis, tais como a pobreza e o stresse elevado. Desta forma, quando a modificação de conjunturas ambientais se trata de uma árdua e longa tarefa, o fortalecimento da autoeficácia parental pode ser um eventual mecanismo para aperfeiçoar o bem-estar parental e infantil. A avaliação da autoeficácia parental é realizada de acordo com os relatos parentais (Jones & Prinz, 2005). Para concluir, e mencionando o significado desta dimensão, podemos constatar que a eficácia parental se refere ao grau em que os pais se acham competentes e hábeis para solucionar problemas e se sentem confortáveis com a vida parental, enquanto que a satisfação parental menciona até que ponto os progenitores se sentem fracassados, stressados e ansiosos e fracamente incentivados e entusiasmados com as suas funções parentais (Nunes *et al.*, 2014).

No estudo de Gilmore & Cuskelly (2008), as mães revelaram sentir-se significativamente mais eficazes, em relação aos pais. Para estas, a autoeficácia é mais relevante, enquanto que para os pais, a satisfação parental aparenta ser o colaborador mais vigoroso. Por outro lado, e ainda de acordo com esta investigação, o facto dos sujeitos conhecerem os inquiridos, o que fez com que tivessem acesso aos seus questionários, pode ter influenciado algumas das respostas. Sendo assim, é provável que os pais respondessem de uma forma mais positiva.

A autoeficácia parental foi apresentada para mediar, de forma parcial, uma relação entre os problemas de conduta infantis e as competências parentais, e também para mediar parcialmente o impacto do ajustamento parental e do contexto ambiental (tal como, o baixo suporte social) na competência parental (Jones & Prinz, 2005).

Ardelt e Eccles (2001) traçaram um modelo concetual acerca da autoeficácia parental. Nesse modelo, os progenitores que se consideram eficazes (ou seja, que transparecem uma maior autoeficácia parental) têm uma maior propensão a estar integrados em procedimentos e técnicas parentais promocionais, o que eleva a possibilidade de êxito dos seus descendentes,

nos setores acadêmico e sociopsicológico. O modelo sugere igualmente que a autoeficácia também pode ter um impacto direto no sucesso dos menores através da modelagem dos comportamentos e das crenças. Os autores também objetaram que podem estar presentes resultados contrários, o que significa que pais com uma baixa autoeficácia parental podem ter complicações em usufruir de estratégias parentais promocionais, e desistir facilmente quando os desafios surgem. De maneira idêntica, os pais que se deparam com problemas de conduta infantil desafiadora podem ter dificuldade em preservar a elevada autoeficácia parental, enquanto que os pais que vivenciam os sucessos dos filhos, veem a sua autoeficácia parental a ser reforçada. O modelo também refere que a interação entre a autoeficácia parental, a parentalidade, e os resultados associados com as crianças são passíveis de serem perturbados por contextos ambientais e familiares (Jones & Prinz, 2005).

Pais com uma elevada autoeficácia parental parecem ter confiança em obter e exercer competências parentais eficazes. Opostamente, pais com uma baixa autoeficácia parental podem ter mais dificuldades em colocar em marcha uma parentalidade eficaz perante circunstâncias desafiantes da criança, resultados perniciosos relacionados com os menores e vir a sentir-se insatisfeitos, o que faz com que a autoeficácia parental fique ainda mais implicada (Jones & Prinz, 2005). Para além disso, estes pais têm propensão a ser sobrecarregados pelos seus encargos parentais e pelas imposições quotidianas de longo prazo no que concerne à parentalidade (Coleman & Karraker, 2003). O temperamento do menor pode enrijecer as crenças que os pais têm quanto às suas competências ou incompetências. Mas, por outro lado, as crianças com condutas difíceis podem obstaculizar o bem-estar parental (Montigny & Lacharité, 2005).

Quando se tem em conta o contexto social em que a família se encontra inserida, existem também provas empíricas de que os rendimentos familiares podem afetar as crenças e as condutas dos progenitores (Sevigny & Loutzenhiser, 2009). Assim, variáveis que estão

associadas à inferioridade socioeconómica e às particularidades da vizinhança podem prejudicar e travar o desenvolvimento da autoeficácia parental, ou então afetar a competência parental, que, conseqüentemente, reprime a autoeficácia parental (Jones & Prinz, 2005).

Assim, os progenitores com uma menor autoeficácia parental podem manifestar incertezas ou deceções acerca do seu desempenho, podendo prejudicar a forma como os seus filhos veem as suas próprias capacidades. De uma forma geral, a autoeficácia parental está relacionada com uma menor depressão parental, uma maior satisfação com a parentalidade, uma melhor capacidade para enfrentar as situações, e a baixos níveis de stresse (Jones & Prinz, 2005).

Quanto à segunda dimensão das competências parentais percebidas, Mouton & Tuma (1988) concetualizam a satisfação parental de acordo com os sentimentos de gratificação que os pais sentem quanto aos seus encargos para com o menor. Ohan, Leung e Johnston (2000) também consideram que este construto dizia respeito ao contentamento que um pai ou mãe tenham em relação ao seu papel como figura parental. Assim, a satisfação parental inclui o prazer de colocar em prática atividades parentais, de conhecer e aceitar o filho, e de satisfazer as suas próprias expectativas enquanto pais. Desta forma, Oliveira e Costa (2005) destacam que a satisfação depende dessas mesmas expectativas, ou seja, se um pai cumprir melhor as suas tarefas relativamente ao que antecipadamente estava a considerar, então irá sentir-se satisfeito consigo mesmo.

Medora, Wilson & Larson (2001) mencionam que quanto mais baixa for a satisfação parental, maior a propensão para a presença de problemas e, conseqüentemente, do menor se encontrar em risco. A satisfação parental tendeu a ser mais alta em progenitores com maior dedicação laboral e relacionou-se negativamente com o comportamento problemático do menor (Pérez Padilla *et al.*, 2010).

No que se concerne à relação entre a competência parental e a satisfação com o papel

parental, Baharudin e Lai Mun (1998) averiguaram que os progenitores satisfeitos com o convívio que têm com os seus descendentes acreditam ter uma maior eficácia parental. As crianças cujos pais têm competências parentais pobres ou inadequadas tendem a exibir maiores taxas de maltrato (Trianes, 1999).

A avaliação das competências parentais é bastante importante quando falamos em famílias em situação de risco psicossocial. As investigações feitas com este tipo de população evidenciaram que o sentimento de competência parental demonstra características e funcionalidades específicas. Desta forma, existem evidências, quer de uma perceção negativa da própria competência como pais, quer de uma visão distorcida desse papel. Nas duas situações, a pesquisa também indica consequências nefastas para o desenvolvimento infantil e para a dinâmica familiar (Menéndez, Jiménez, & Hidalgo, 2011).

A avaliação das competências parentais deve-se focalizar nas peculiaridades da parentalidade e nos relacionamentos existentes entre pais e filhos, e não tanto na personalidade ou funcionamento cognitivo dos progenitores como adultos. Desta forma, numa avaliação das competências parentais, dever-se-á examinar as crenças e conhecimentos evolutivo-educativos dos progenitores, as suas expectativas acerca das conquistas dos descendentes, os objetivos e condutas educativas que demonstrem nas tarefas e atividades quotidianas. Também há a necessidade de avaliar as particularidades e carências do menor, conforme o seu nível de evolução, uma vez que a avaliação de se as competências parentais são suficientes ou não, pode-se modificar consoante essas mesmas características e necessidades. Desta forma, tenta-se encontrar evidência de uma adequação parental mínima ou resiliente a essas particularidades e carecimentos dos descendentes, ao invés de se pretender um padrão ótimo da parentalidade. Para além disso, dever-se-á reconhecer e nomear as diferentes condições dos contextos (sociais, ambientais ou históricos) que possam estar a afetar de forma positiva ou negativa a competência dos progenitores para criar e

educar os filhos (López *et al.*, 2009). As condições ambientais podem fazer desaparecer a confiança que os pais têm neles mesmos, sendo então causadoras de uma parentalidade menos eficaz (Jones & Prinz, 2005).

Os progenitores em situação de risco possivelmente detêm uma percepção bastante benevolente relativamente às suas competências parentais (Nunes, Jiménez, Menéndez, Ayala-Nunes, & Hidalgo, 2014), podendo chegar à conclusão de que estes precisam de ter desenvolvidas as competências necessárias para socorrer e amparar os seus menores com uma adequada tarefa educativa, promovendo a sua positiva evolução (Rodrigo López, Cabrera Casimiro, Martín Quintana, & Máiquez Chaves, 2009). Desta forma, poderão identificar e aceitar a relevância que possuem no bem-estar dos filhos (Rodrigo López *et al.*, 2009). Isto sugere a possibilidade de as competências parentais auxiliarem os progenitores a aperfeiçoar o funcionamento familiar e a aprimorar as suas estratégias para lidar com a conduta dos seus filhos (Hurley *et al.*, 2012)

### **3. Stresse Parental**

#### **3.1. Definição de Stresse Parental**

A noção de stresse tem um vasto historial em saúde. As definições deste conceito são inúmeras, mas na sua grande parte, cada uma delas tem sido relacionada com a saúde psicológica e física (Segerstrom & O'Connor, 2012). Dito por outras palavras, as definições mais aceites, na atualidade, centram-se nas circunstâncias ou condições ambientais que ameaçam, desafiam, excedem ou prejudicam as capacidades psicológicas ou biológicas do individuo (Compas, 2004 *cit in.*, Jiménez García, Menéndez Álvarez-Dardet, & Hidalgo García, 2008). Na vida quotidiana, as famílias deparam-se com grandes quantidades de stressores, os quais possuem consequências relevantes no seu funcionamento pessoal e familiar. O stresse parental trata-se de um processo complexo em que os pais se sentem

sobrecarregados, tendo em conta os desafios que devem encarar e defrontar na sua parentalidade (Pérez Padilla & Menéndez Álvarez-Dardet, 2014). Dadas as repercussões nocivas deste construto nos relacionamentos entre progenitores e descendentes, bem como no desenvolvimento dos menores, considerou-se pertinente analisar esta dimensão em famílias em risco psicossocial (Ayala-Nunes, Lemos, & Nunes, 2014). Entende-se por stresse familiar a tensão intrafamiliar dadas as circunstâncias do ambiente ou da própria família, as quais colocam em causa as suas funções, o seu bem-estar e até a sua própria existência (Barudy y Marquebreucq, 2006 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008). Existem três níveis de stresse de acordo com a sua menor ou maior gravidade: (a) o stresse quotidiano, o qual tem lugar na efetuação de várias obrigações, horários apertados, congestionamentos de tráfego, sobrecarga laboral, entre outros aspetos; (b) o stresse crónico, que está associado a circunstâncias de violência doméstica, dor crónica, graves dificuldades económicas e laborais, vivência em bairros inseguros e violentos, imigração; e (c) a presença de situações de vida negativa, tais como a perda de um familiar, divórcio, incapacidade devida a um acidente ou doença, cumprimento de uma pena, evacuação domiciliar, gravidez não desejada, entre outros aspetos (Nieto, 1997 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008).

A quantidade de eventos vitais negativos pode ser um fator importante a se ter em consideração, já que o novo equilíbrio ver-se-á mais ameaçado caso existam muitos eventos negativos para enfrentar. Os eventos stressantes são o nível máximo de stresse que se pode ter (os níveis inferiores são o stresse quotidiano e o stresse crónico), o qual vai exigir um maior grau de reestruturação e de mudança na vida da pessoa ou da família que provavelmente acrescenta uma maior instabilidade ao novo sistema de equilíbrio que se constrói a partir da intervenção.

O conceito de stresse implica pelo menos quatro fatores: (a) a presença de uma situação ou acontecimento identificável; (b) o dito acontecimento é capaz de alterar o

equilíbrio fisiológico e psicológico do organismo; (c) este desequilíbrio reflete-se num estado de ativação marcado por uma série de consequências para a pessoa de tipo neurofisiológico, cognitivo e emocional; e (d) estas mudanças, por sua vez, perturbam a adaptação da pessoa. Estes quatro fatores incluem-se em quase todas as definições de stresse. De facto, com este termo, umas vezes referimo-nos às circunstâncias ou acontecimentos (stresse como estímulo) que provocam o mal-estar que se experimenta (por exemplo, excesso de trabalho, condições laborais difíceis, exigentes e carregadas de responsabilidade, situações conflituosas que geram preocupação e mal-estar) (Trianes, 1999).

O stresse parental é uma construção complexa que envolve componentes comportamentais, cognitivas e afetivas e é uma combinação de características da criança e dos pais, bem como os componentes situacionais familiares, na medida em que se relacionam com a avaliação da pessoa sobre o seu papel como pai (Everly & Lating, 2002 *cit in.*, Whiteside-Mansell *et al.*, 2007).

A literatura internacional destaca que o stresse parental é uma dimensão relevante na compreensão da dinâmica de funcionamento que caracteriza estas famílias em risco. Desta maneira é necessário analisá-la no momento de caracterizar estas famílias e sua intervenção (Rodríguez *et al.*, 2006 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2014). Estes autores assinalam que o stresse parental é um bom indicador de eficácia em programas psicoeducativos e que está em íntima relação com diversas dimensões sociodemográficas próprias destas famílias (Pérez Padilla *et al.*, 2014).

### **3.2. Consequências do Stresse Parental no Funcionamento Familiar e no Desenvolvimento dos Menores**

A influência dos stressores depende da valoração atribuída pelos sujeitos aos mesmos, bem como das suas características individuais, sendo importante tomar em consideração, na

análise destes fatores, o quão eles são percebidos como stressantes pelos indivíduos, para além da existência de estratégias de *coping* e da capacidade para as usar adequadamente na gestão dos fatores de stress ou para ultrapassar os seus efeitos (Trianes, 1999). Assim, a influência dos stressores agudos (insegurança económica; inadequação da habitação; instabilidade laboral; perda de emprego ou desemprego crónico; separação e divórcio; gravidez ou nascimento; grave problema de saúde; e morte de familiares ou amigos próximos) encontra-se, contudo, dependente da capacidade de *coping* dos indivíduos, funcionando este fator como mediador do stress (Trianes, 1999) e, conseqüentemente, como fator de proteção em relação à influência dos stressores aos níveis individual e familiar.

Os grandes eventos stressantes manifestam graves riscos para o funcionamento saudável dos menores e suas famílias (Taylor, Roberts, & Jacobson, 1997). Contudo, os problemas de conduta infantil, ou então os conflitos familiares também prejudicam os níveis de stress (Anderson, 2008). De facto, uma característica importante das famílias em risco psicossocial é que têm uma grande acumulação de acontecimentos negativos stressantes. De acordo com Hines (1989), estas percebem a vida como uma sucessão de acontecimentos stressantes e imprevisíveis. Para além disso, existe uma desconformidade entre os recursos disponíveis que permitem fazer frente aos tais eventos stressantes com um mínimo de segurança, e a frequência e duração destes (Nieto, 1997 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008). O stress consome os recursos atencionais e faz com que as capacidades cognitivas fiquem esgotadas. Desta forma, os pais ou as mães sob stress tendem a avaliar as situações quotidianas de modo simples e automático, o que implica uma forma mais impulsiva ao responder (Rohrbeck y Twentyman, 1986 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008). Conseqüentemente, essa situação implica que não possam compreender as situações desde outras perspetivas, o que os leva a não prestar atenção ao ponto de vista dos seus filhos ou às suas necessidades (Salzinger, Kaplan y Artemyeff, 1983 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008). Para além disto, utilizam

escassos mecanismos de autocorreção (Azar, 1998 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008), já que não costumam revisar as consequências das suas ações no comportamento dos seus filhos, o que os faz persistir no erro (Wahler y Dumas, 1989 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008). Por último, não têm por hábito conhecer as características pessoais dos seus filhos, pelo que não as têm em conta nas suas conceções sobre a parentalidade, nem na interpretação de situações quotidianas (Milner, 1993 *cit in.*, Rodrigo *et al.*, 2008). O processamento automático possui três graves inconvenientes: conduz ao estabelecimento de um comportamento parental rígido, pouco adaptado à criança e aos aperfeiçoamentos da situação; implica comportamentos parentais muito impulsivos e acidentais que não permitem à criança adquirir normas e hábitos estáveis, ou seja, estabelecer contingências entre os seus comportamentos e as reações dos seus pais ou vice-versa; e, por último, impede a reflexão sobre a ação educativa, o que compromete a autocorreção (Rodrigo *et al.*, 2008).

Existe igualmente uma literatura abrangente focalizada nas consequências nefastas que o stresse tem nos progenitores oriundos de famílias da população em geral, nomeadamente em distintas dimensões das práticas educativas que apresentam aos seus filhos. No que se refere às particularidades destes últimos, os dados existentes evidenciam que o stresse parental pode ser associado quer com a idade, quer com o género dos descendentes. Por um lado, os dados disponíveis são consistentes no que toca à idade, revelando que o stresse se amplifica conforme a idade dos menores aumenta (Pérez-Padilla, Hidalgo-García, & Menéndez-Álvarez-Dardet, 2012).

Os grandes níveis de stresse podem conduzir, de forma direta e indireta, a uma parentalidade disfuncional e a um desprendimento das funções parentais. Desta forma, o stresse associado à parentalidade diz respeito ao stresse percebido que pode advir como resultado de dificuldades ou tarefas parentais diárias (Aranda, 2013)

As consequências do stresse na evolução dos menores são abundantemente

entrelaçadas com os riscos demográficos familiares, uma vez que estes propendem a ser preexistentes vulnerabilidades ou riscos, como é exemplo a depressão, a ansiedade e o isolamento que os pais acarretam nas suas funções parentais. Desta forma, os fatores de risco demográficos podem amplificar o stresse parental, o qual irá, conseqüentemente, fragilizar o relacionamento entre progenitores e descendentes, podendo conduzir a efeitos desenvolvimentais negativos para o menor (Ayoub, Mastergeorge, & Vallotton, 2011).

As condutas negativas dos pais estão associadas a níveis mais elevados de stresse parental e a uma maior percentagem de problemas de conduta nas crianças. Desta forma, quando o stresse parental aumenta, existe uma maior tendência em haver disciplina negativa, com desadequadas expectativas de desenvolvimento e uma menor propensão para a demonstração de carinho (Anthony *et al.*, 2005).

As conseqüências que o stresse acarreta na família dependem, por um lado, da concentração de stressores, a sua essência e intensidade, e por outro lado, dos recursos e aptidões que a família possui para fazer face ao stresse. Quando os primeiros extrapolam os segundos é normal que as crianças também sejam afetadas por estas pressões e impulsionem os seus problemas comportamentais, o que suscita perceções negativas dos pais perante as mesmas e se desenvolva a possibilidade de virem a ser maltratadas (Rodrigo *et al.*, 2008).

Os níveis de stresse podem também estar associados a problemas financeiros, à necessidade de satisfazer as necessidades básicas da família, à escassez de ofertas de trabalho, às características domiciliárias, bem como a outros fatores que poderiam ser considerados uma limitação ou um peso durante um período em que se poderia querer desempenhar outros papéis na vida quotidiana, o que faz com que os sujeitos se sintam encurralados pela parentalidade (Ardoino *et al.*, 2015).

Dada a natureza da discriminação devido à origem étnica ou ao estatuto socioeconómico, é essencial compreender como este tipo particular de stressor pode ter

impacto na parentalidade (Aranda, 2013). Assim, as investigações revisadas podem concluir que as mães que se deparam com dificuldades financeiras têm uma maior probabilidade de viver outros eventos de vida stressantes (Taylor *et al.*, 1997). O desemprego pode transfigurar-se num componente stressante, o qual pode ter efeitos nefastos no relacionamento conjugal e entre progenitores e descendentes (Freijo, 2004). Para além disso, a literatura também afirma que os progenitores que vivenciavam graus elevados de stresse na ação parental, propendem a demonstrar práticas parentais menos adequadas para a evolução dos menores (Pérez Padilla *et al.*, 2012).

De forma objetiva, ser-se pais na presença de stressores psicossociais decorre com enormes adversidades, os quais são originários da sobrecarga que supõe a atenção a esses stressores. Desta forma, a presença destes stressores na vida quotidiana do contexto familiar desloca o foco de atenção dos pais para outros assuntos mais ambicionados, fá-los tornar indiferentes quanto às características e atitudes dos seus filhos na sua vida diária, estando mais propensos a visualizar somente as de carácter negativo, favorece uma tomada de decisões intransigente e instintiva, e não possibilita tomar atenção às repercussões dos seus atos educativos sobre os descendentes. Tudo isto reduz a eficácia da atenção e a avaliação reflexiva dos acontecimentos diários, estimulando respostas pouco flexíveis e articuladas perante ditas condições. Assim, é perfeitamente normal que surjam, com maior probabilidade, condutas de maltrato físico, abandono e negligência ou, caso não se chegue a esses limites, um certo desentusiasmo em estar presente na vida dos filhos (Rodrigo *et al.*, 2008).

Juntamente com as dimensões individuais da maternidade e da paternidade, algumas facetas da dinâmica familiar afetam a perceção de transbordamento dos pais. Desta forma, a coesão familiar (isto é, os laços afetivos que se geram entre os elementos familiares) propendem a apaziguar as consequências nefastas resultantes de um elevado stresse parental.

Assim sendo, o stresse parental tem repercussões no ajustamento dos progenitores, bem como no dos filhos, encontrando-se associado às perceções que têm de si próprios e com as dinâmicas que se desenvolvem na família. Mesmo que o estudo do stresse parental possa cooperar com dados pertinentes, as investigações focalizadas no mesmo, costumam possuir um carácter descritivo, relacional e, em menor medida, explicativo (Pérez Padilla & Menéndez Álvarez-Dardet, 2014).

Fatores como a insegurança económica, a inadequação da habitação, a instabilidade laboral, a perda de emprego, a morte de familiares ou amigos próximos, a separação e o divórcio, o conflito e a violência conjugais, a gravidez ou nascimento, ou ainda a violência comunitária contribuem para o desenvolvimento de estados de tensão familiar e individual (Peirson, Larendeau, & Chamberland, 2001 *cit in.*, Calheiros, Garrido & Santos, 2012). Assim, pode concluir-se que quando se vivenciam situações stressantes, há uma menor probabilidade em se demonstrar carinho, aceitação, acompanhamento e monitorização para com os filhos, demonstrando igualmente um maior número de métodos aversivos de controlo ou disciplina. Desta forma, as circunstâncias de vida negativas estão positivamente associadas ao distresse psicológico e, por outro lado, um maior distresse parental tem sido associado a um menor suporte parental (e.g., aceitação e carinho) e a uma maior parentalidade aversiva (e.g., uma disciplina mais severa) (Taylor *et al.*, 1997).

Algumas características dos filhos que convivem no domicílio podem contribuir a que a tarefa de os criar e os educar resulte mais dura ou requeira um esforço adicional, incrementando assim o stresse dos pais e das mães. Como mostram vários estudos, as particularidades do menor quanto ao seu estado físico (Wirrell, Wood, Hamiwka & Sherman, 2008 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2010) e seu comportamento (Anderson, 2008 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2010), assim como a interação destes dois fatores (Spratt, Saylor & Macías, 2007 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2010), predizem de maneira clara, tanto a presença, como a

ausência do stresse parental, bem como a sua intensidade. Em concreto, alguns estudos referem que o cuidado e a educação de um menor que se mostra com frequência mal-humorado, irritável ou desafiante supõe uma tarefa que tende a associar-se a maiores níveis de stresse (Coplan, Bowker & Cooper, 2003 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2010). Igualmente, o número de filhos tende a estabelecer uma relação com o stresse experimentado pelos progenitores, de maneira que nas famílias em que há um maior número de filhos e filhas, observa-se uma maior intensidade na resposta de stresse tanto das mães como dos pais (Flouri, 2005 *cit in.* Pérez Padilla *et al.*, 2010). Se existe um maior ou menor grau de conflito entre as exigências implicadas no desempenho dos papéis como progenitor e como trabalhador, a tensão resultante pode repercutir num aumento do stresse experimentado pelos pais e mães (Guelzow, Bird & Koball, 1991 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2010). Em concreto, a avaliação que cada pai e mãe faz das suas competências parentais parece ser mais importante do que parece. Assim, e de acordo com Olson (1997), a perceção em termos positivos do desempenho como pai ou mãe propicia uma resposta adaptativa ante o stresse que, por sua vez, repercute em melhores níveis de satisfação parental. Nesse sentido apontam os resultados de alguns estudos, como por exemplo o levado a cabo por Zaidman-Zait (2008), onde as famílias caracterizadas, tanto por um maior número de problemas quotidianos como pela presença de filhas e filhos percebidos como problemáticos, pais e mães tendem a experimentar um maior grau de stresse associado ao seu papel, assim como menor satisfação com o mesmo (Pérez Padilla *et al.*, 2010).

Como sugerem outros autores, uma perceção positiva e satisfatória do papel como progenitor exerce uma contribuição muito valiosa num contexto considerado difícil para a criação dos filhos, diminuiu o grau de stresse associado a este trabalho, propiciando um clima mais favorável à execução deste papel (Olson, 1997 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2010). Assim, e de acordo com outras investigações (Flouri, 2005), ser mãe ou pai de um maior número de

filhos na família tende a aumentar a sensação de stresse parental por si mesmo (Pérez Padilla *et al.*, 2010).

O stresse gerado pelo papel parental está relacionado com os problemas de saúde e com o funcionamento psicológico nos pais, com a relação pai-filho, e com a qualidade da parentalidade (Tahmassian, Amari, & Fathabadi, 2011 *cit in.*, Ardoino, Queirolo, Barg, Ciccariello, & Kordas, 2015). Para além disso, Milner (2003) assinala que os progenitores com um elevado stresse tendem a avaliar as situações de uma maneira menos complexa, originando maiores níveis de impulsividade à hora de responder à criança, o qual está associado a um uso mais frequente de práticas punitivas e coercitivas (Dopke, Lundahl, Dunsterville y Lovejoy, 2003 *cit in.*, Pérez Padilla *et al.*, 2014).

Hobfoll sugeriu que as experiências stressantes implicam uma perda ou esgotamento de recursos. Os recursos podem incluir objetos (e.g., carro, casa), condições (e.g., casamento, emprego), características pessoais (e.g., otimismo, elevada autoestima) e energias (e.g., tempo, dinheiro, conhecimento). Assim, eventos stressantes podem esgotar os recursos das mães e a perda de recursos pode limitar o funcionamento das mães como tal (Taylor *et al.*, 1997).

Lazarus y Folkman (1986) consideraram que o stresse é entendido como uma relação que se estabelece entre a pessoa e o ambiente. Assim o stresse é “uma relação particular entre o individuo e o ambiente, que é avaliado por este como ameaçante ou transbordante/cheio/exuberante dos seus recursos e põe em perigo o seu bem-estar” (Lazarus y Folkman, 1986, pág. 43).

O contexto laboral, constitui como uma das variáveis que se revelou como mais influente no modelo de distresse parental: a dedicação laboral (3% de variância explicada). Com toda a probabilidade, a extensão da jornada laboral repercute na quantidade de tempo disponível para estar com os filhos, circunstância que pode favorecer que, em muitos casos,

os pais e as mães tratam de disfrutar e de otimizar a sua dedicação aos mesmos, experimentando assim menores níveis de stresse associado ao seu papel como progenitores (Pérez Padilla *et al.*, 2010).

Simons, Lorenz, Wu, and Conger (1993) descobriram que os stressores, tais como a pressão económica, tem um impacto direto no nível de sofrimento psicológico/psíquico das mulheres, e este por sua vez correlaciona-se altamente com a qualidade dos cuidados maternos (Ardoino *et al.*, 2015). O nível socioeconômico é um determinante importante de estresse parental. Famílias em situação de pobreza são submetidos a níveis crónicos de stress por causa da pressão financeira, o que diminui os recursos que têm para lidar com as tensões da vida diária. Este stresse crónico pode diminuir o bem-estar psicológico dos pais e do adolescente (Taylor, Rodriguez, Seaton, & Dominguez, 2004 *cit in.*, Anderson, 2008) e pode contribuir para o conflito familiar (Moore *et al.*, 2007 *cit in.*, Anderson, 2008).

A existência de um ou de múltiplos destes stressores, nomeadamente na medida em que dizem respeito aos graus mais elevados, impulsiona a modificações essenciais no funcionamento familiar e, principalmente, no sistema parental. A concretização dessas alterações aumenta a vulnerabilidade parental para as enfrentar, bem como desajustamentos (Rodrigo *et al.*, 2008).

Os preditores mais significativos do stresse parental foram a idade do menor, a situação laboral materna e a satisfação com o papel parental (Ayala-Nunes *et al.*, 2014). Para além disso, também se pode verificar que os progenitores que se encontram solteiros estão sujeitos a um maior stresse parental, comparativamente com aqueles que possuem um companheiro. Da mesma forma, aqueles que afirmam possuir um ambiente familiar menos coeso e um menor envolvimento parental, irão sofrer de um maior stresse do que os que se encontram mais unidos e envolvidos (Anderson, 2008).

A vivência do stresse está relacionada tanto com dimensões individuais dos

progenitores, como com a dinâmica familiar. No que toca às primeiras, o estudo da percepção do papel parental foi muito importante. Desta forma, o senso de competência parental associa-se com a vivência do stresse de tal maneira que a eficácia percebida como progenitores pode funcionar como um fator de proteção perante o stresse. A satisfação parental é uma outra dimensão altamente relacionada com a percepção de eficácia e pode desencadear uma resposta adaptativa ao stresse sentido pelos pais. Por outro lado, encarar o stresse também está influenciado pelo senso de competência parental (Pérez Padilla & Menéndez Álvarez-Dardet, 2014).

O modelo de Abidin (1990) permite uma melhor compreensão acerca da complexidade latente à parentalidade, o que requiere dos investigadores uma procura mais direcionada para modelos e teorias que possam ser testadas empiricamente. Em 1978, Abidin e Burke desenvolveram um modelo no qual criaram o Índice de Stresse Parental [(Parenting Stress Index (PSI)].

Em 1976, enquanto desenvolvia o Índice do stresse parental (Parenting Stresse Index), Abidin fez uma tentativa inicial de desenvolver um modelo que integrasse uma variedade de variáveis que acreditava serem centrais no papel de pais. Este modelo usa o stresse como construto central, levando o stresse à disfunção parental. Até ao momento, Abidin acreditava que altos níveis de stresse parental levavam ao incrementar da disfunção parental. O autor verificou que baixos níveis de stresse parental também estavam associados com a disfunção parental devido à separação dos pais e ao subsequente baixo nível de comportamentos de vigilância por parte dos pais (Abidin, 1990).

Concetualmente, o stresse parental é visto como uma variável motivacional que energiza e encoraja os pais a utilizar os recursos disponíveis para os apoiar na parentalidade. A riqueza ou pobreza dos recursos disponíveis naturalmente desempenha um papel fundamental definitivo no desenvolvimento parental (Abidin, 1990).

### **III- Objetivos do Estudo**

#### **1. Objetivo Geral**

- Descrever e analisar as semelhanças e diferenças entre as famílias da população geral e com menores em risco psicossocial, quanto às competências parentais percebidas e o stresse parental.

#### **2. Objetivos Específicos**

- Comparar o perfil sociodemográfico das famílias com menores em risco psicossocial e das famílias pertencentes à população geral;

- Analisar a relação entre as competências parentais percebidas e o stresse parental em ambos os grupos;

- Descrever e analisar as semelhanças e diferenças quanto às competências parentais percebidas (satisfação e eficácia parental) e ao stresse parental nas famílias com menores em risco psicossocial, juntamente com as famílias da população geral;

### **IV – Metodologia**

#### **1. Tipo de estudo**

A presente investigação trata-se de um estudo transversal, descritivo, correlacional e comparativo, já que pretende caracterizar as variáveis relativas às competências parentais percebidas e stresse parental, bem como analisar as eventuais relações entre essas mesmas variáveis, estabelecendo comparações entre dois grupos independentes: famílias com menores em risco psicossocial e famílias pertencentes à população geral.

## **2. Participantes**

Participaram neste estudo 140 mães e pais, 64 dos quais foram referenciados através da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ de Faro) e que preenchem, desta forma, os critérios necessários para serem considerados pertencentes a famílias com menores em risco. Os restantes 76 pais e mães pertencem a famílias da população geral do Algarve.

O primeiro grupo da amostra foi selecionado a partir dos seguintes critérios: 1) ter pelo menos um filho menor de 13 anos de idade no agregado familiar; 2) encontrar-se em situação de risco que, embora importante, não obrigue à retirada do menor à sua família de origem. Por outro lado, o segundo grupo foi constituído por uma amostra de conveniência, a qual continha as mesmas características sociodemográficas do primeiro grupo.

## **3. Instrumentos**

Para a obtenção da informação necessária à elaboração desta investigação, foram utilizados os seguintes três instrumentos: Questionário de Dados Sociodemográficos; a versão abreviada do Índice de Stresse Parental (*Parenting Stress Index - Short Form - PSI - SF*) e a Escala de Sentimento de Competência Parental (*Parenting Sense of Competence - PSOC*).

### **3.1. Questionário de Perfil Sociodemográfico**

Os dados sociodemográficos foram reunidos através de um questionário de autopreenchimento, aplicado sob a forma de entrevista aos pais, avaliando a dimensão individual e familiar elaborado por Nunes *et al.* (2013).

Embora o questionário tenha sido aplicado na íntegra, no presente estudo, foram apenas utilizadas as seguintes variáveis: dados demográficos dos participantes (idade, sexo, nacionalidade, estado civil), composição, dimensão e estrutura familiar, nível de escolaridade dos pais; qualificação e estatuto laboral dos pais, bem como ao número de filhos. Também

recolhemos dados sobre o nível socioeconómico, fonte de rendimentos, nível de pobreza e habitacional, país de origem e tempo de residência em Portugal.

### **3.2. Índice de Stresse Parental**

O Índice de Stresse Parental (PSI-SF) foi desenvolvido por Abidin (1995) e adaptado à população portuguesa por Abidin & Santos (2003). Trata-se de um instrumento de autoquestionário, destinado aos pais e tem como objetivo avaliar o stresse de um indivíduo que exerce a sua função como mãe/pai, proporcionando uma medida da intensidade do stresse parental. Assim, os itens deste questionário facultam informações sobre o stresse parental percebido. A versão abreviada inclui 36 itens, numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos, sendo o 1 = “discordo totalmente” e o 5 = “concordo totalmente”, encontrando-se agrupados em três subescalas: Distresse Parental (DP, 12 itens); Interação Disfuncional Progenitor-Criança (ID, 12 itens) e, por último, Criança Difícil (CD, 12 itens) (Abidin, 1995).

O Distresse Parental mede o transtorno que o sujeito vivencia na sua função parental e a sua reação às limitações que a parentalidade lhe fornece (Ayala-Nunes *et al.*, 2014). Os pais terão de classificar afirmações como “*Sinto-me descontente com as últimas roupas que comprei para mim*”. Para além disso, também calcula o quão competente os pais se sentem ao educar e criar o seu filho, quantos conflitos possuem com o/a seu/sua conjugue e/ou companheiro/a, o total de suporte social percebido e as preocupações e inquietações relacionadas com as contingências que a parentalidade dispõe sobre outros aspetos da sua vida (Anthony *et al.*, 2005). A subescala também se refere às experiências de aparente sofrimento/angústia/desconforto, como função das características parentais individuais no papel parental (Whiteside-Mansell *et al.*, 2007), do stresse associado às demandas de ser mãe/pai, bem como com sintomatologia depressiva (Mckelvey *et al.*, 2015). A subescala Interação Disfuncional Progenitor-Criança, concentra-se na perceção dos pais face à

efetivação das suas expectativas por parte do descendente, ponderando se considera o relacionamento com este um reforço positivo e a medida em que se sente estimado e vinculado ao seu filho. Dito por outras palavras, a subescala foi projetada para perceber se as interações com as crianças reforçam a parentalidade (Mckelvey *et al.*, 2015). A subescala compreende afirmações como “*O meu filho tem muitas dificuldades e leva muito tempo a adaptar-se a coisas novas*”. Por último, a subescala Criança Difícil foca-se nalguns comportamentos do menor que fazem com que seja fácil ou difícil interagir com ele, medindo a sua aceitação, humor e adaptabilidade (Ayala-Nunes *et al.*, 2014). Desta forma, esta subescala diz respeito à interpretação que os progenitores têm acerca das características do menor, grau de exigência, temperamento negativo e ao não cumprimento (Anthony *et al.*, 2005), apresentando afirmações como “*Às vezes o meu filho faz coisas de propósito só para me aborrecer*”.

No presente estudo obtivemos os seguintes valores de consistência interna:  $\alpha=,85$  para a subescala de Distresse Parental,  $\alpha=,74$  para a subescala Interação Disfuncional Progenitor-criança,  $\alpha=,87$  para a subescala Criança Difícil. A fiabilidade total do instrumento foi de  $\alpha=,92$ .

### **3.3. Escala de Sentimento de Competência Parental Percebida**

A escala de Sentimento de Competência Parental (*Parenting Sense of Competence – PSOC*) foi desenvolvida por Johnston e Mash (1989) e avalia as competências parentais percebidas pelos próprios pais (mãe/pai) através de duas dimensões: a Eficácia como mãe/pai (EP, 7 itens) e a Satisfação com o papel parental (SP, 9 itens) (Johnston & Mash, 1989). Dito por outras palavras, este instrumento pretende investigar o nível de eficácia e de satisfação percebida dos pais relativamente à sua capacidade em educar e cuidar dos seus filhos. A dimensão Eficácia Parental reflete o grau com que a/o mãe/pai se sente ou não competente

para resolver problemas e criar os filhos (e.g. *“Uma das coisas mais difíceis de ser mãe (pai) é saber que estamos ou não a fazer as coisas bem”*). Já a dimensão “Satisfação Parental” assinala o grau com que a mãe/pai se sente frustrada/o, ansiosa/o e pouco motivada/o para o papel parental, ou seja, remete para uma dimensão afetiva da parentalidade (e.g. *“Tendo em conta o tempo em que sou mãe (pai), sinto-me à vontade com estas coisas”*). Esta prova utiliza uma escala de 1 a 6, onde 1 = “Não, totalmente em desacordo” e 6 = “Sim, totalmente de acordo”, e é constituída por 16 itens. Os itens que se referem à Eficácia Parental cotam-se diretamente. Já os itens que se referem à Satisfação devem ser invertidos aquando da sua pontuação. A soma desses mesmos itens permite obter duas pontuações quantitativas: por um lado, quanto maior for o valor obtido, maior é o nível da dimensão correspondente; por outro lado, a soma destas duas pontuações dá origem ao nível de competência parental percebida da/o mãe/pai (Johnston & Mash, 1989), sendo que as altas pontuações na eficácia e satisfação parental refletem uma maior autoestima e competência no papel de ser mãe/pai.

No presente estudo utilizámos a versão portuguesa de Nunes, Jiménez, Menéndez, Ayala-Nunes e Hidalgo (2014).

No que se refere à fiabilidade interna do instrumento, os índices obtidos na nossa amostra foram  $\alpha=,67$  para a subescala da Satisfação Parental,  $\alpha=,66$  para a subescala de Eficácia.

## **4. Procedimentos**

### **4.1. Recolha de Dados**

Os questionários anteriormente descritos foram aplicados através da técnica de entrevista individual por vários colaboradores do projeto coordenado pela Doutora Cristina Nunes, com o objetivo de prestar os esclarecimentos necessários nos casos em que os pais tenham dificuldades na leitura e/ou compreensão, durante o seu preenchimento. As

entrevistas tiveram uma duração média de 60 minutos e foram realizadas, individualmente, nas instalações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (famílias em risco – 64 questionários) ou no domicílio das próprias famílias (população geral - 76 questionários).

Foram solicitados os consentimentos informados aos pais, explicando-lhes os objetivos do estudo, e cumprindo as recomendações da APA. Para além disso, foram garantidos o anonimato e a confidencialidade no tratamento de dados. A participação no estudo foi voluntária e os participantes foram informado que poderiam desistir em qualquer momento, sem qualquer tipo de consequências negativas.

#### **4.2. Tratamento de Dados**

Após a recolha dos dados, os resultados foram codificados, tabelados e analisados estatisticamente no programa *IBM SPSS Statistics 22*.

Num primeiro momento, efetuou-se uma análise descritiva das variáveis sociodemográficas e familiares, com o objetivo de caracterizar a amostra e traçar o perfil da população em estudo. Assim, foram calculadas as frequências absolutas e relativas, médias, desvio-padrão e valores mínimos e máximos.

Em seguida, procedeu-se ao cálculo da correlação linear entre as variáveis em estudo, utilizando o coeficiente de correlação de *Pearson*.

Posteriormente foram realizados os contrastes de médias utilizando a *ANOVA* entre os grupos em estudo.

O nível de significância considerado foi de  $p$  igual a ,05.

## V- Resultados

### 1. Caracterização Sociodemográfica dos Participantes

Os inquiridos têm idades compreendidas entre os 20 e os 57 anos de idade, apresentando a amostra uma média de 37 anos ( $M=37,25$ ;  $DP=7,70$ ). Sendo que nas famílias da população em geral as idades variam entre 22 e 53 anos ( $M=37,92$ ;  $DP=6,69$ ) e nas famílias com menores em risco psicossocial a idade varia entre os 20 e os 57 anos ( $M=36,45$ ;  $DP=8,74$ ) (tabela 6).

A maioria dos participantes era do sexo feminino: 53% nas famílias da população geral e 57% nas famílias em risco psicossocial.

Nas famílias da população geral verificámos que 6 participantes (37,50%) eram imigrantes, e nas famílias com menores em risco psicossocial apenas 10 (62,50%).

No que respeita à situação conjugal nas famílias da população em geral 15 não possuem conjuge e 61 possuem; das famílias com menores em risco psicossocial 17 não têm conjuge e 47 têm-no.

Da amostra referente à população geral, 63 encontram-se casados e/ou vivem com o(a) companheiro(a); 7 encontram-se separados ou divorciados e 6 são solteiros; comparativamente nas famílias com menores em risco 13 encontram-se casados, 30 divorciados, 6 viúvos e 15 solteiros.

Os pais casados ou que vivem com o conjuge foram mais frequentemente nas famílias da população geral (82,90%), enquanto que, os pais separados/divorciados (81,10%), os pais solteiros (71,40%) e os pais viúvos (100%) foram mais frequentes nas famílias com menores em risco psicossocial.

*Tabela 1: Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pela Situação de Convivência*

		<b>Situação de Convivência*</b>			
		Casado/ Convive	Separado/D ivorciado	Solteiro	Viúvo
<b>Famílias</b>		%	%	%	%
Geral	(n=76)	82,90	18,90	28,60	0,00
Em Risco	(n=64)	17,10	81,10	71,40	100

\*( $\chi^2(1) = 3.560; p = .059$ )

Referente ao número de filhos, as famílias com menores em risco psicossocial possuem mais filhos ( $M=2,31; DP=1,10$ ) do que as famílias da população geral ( $M=1,68; DP=,70; F=16,87; p=,000$ )

No que diz respeito à idade dos filhos, nas famílias da população geral a idade varia entre os 2 e os 12 anos ( $M=7,54; DP=3,19$ ) e nas famílias com menores em risco psicossocial as crianças apresentam idades entre os 3 meses e os 12 anos ( $M=7,05; DP=3,51$ ).

As famílias da população geral convivem com 1 a 6 pessoas ( $M=3,55; DP=0,89$ ) e as famílias com menores em risco psicossocial convivem com 1 a 10 pessoas ( $M=4,05; DP=0,79$ ). Os dois grupos diferem ao nível do número de pessoas com quem convivem ( $F=5,48; p=,021$ ).

Referente ao número de menores por cada agregado familiar, tanto nas habitações das famílias da população em geral ( $MD= 1,43; DP=0,64$ ) como das famílias com menores em risco psicossocial ( $MD=2,00; DP=0,91$ ) vivem 0 a 4 menores. No entanto, as famílias em risco psicossocial apresentam um maior número de menores com idade inferior a 14 anos ( $Min.=1; Máx.=4; MD=1,72; DP=0,79$ ) comparativamente às famílias da população em geral ( $Min.= 1; Máx.=3 MD=1,32; DP=0,50$ ). Os dois grupos de famílias diferem ao nível do

número de menores no seu agregado familiar ( $F=18,57$ ;  $p=,000$ ) e referente ao número de menores com menos de 14 anos ( $F=13,57$ ;  $p=,000$ ).

No que respeita à empregabilidade, das famílias da população em geral 58 (69,00%) encontram-se empregados durante todo o ano, 11 trabalham às vezes e 7 não possuem emprego; nas famílias em risco psicossocial 26 trabalham o ano todo (31,00%), e 38 encontram-se desempregados (ver tabela 2).

*Tabela 2: Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pela Situação de Empregabilidade*

		Situação de Empregabilidade		
		Trabalha	Trabalha às Vezes	Não trabalha
<b>Famílias</b>		%	%	%
Geral	( $n=76$ )	69,00	100	15,60
Risco	( $n=64$ )	31,00	0,00	84,40

\*( $\chi^2$  (1)= 3,560;  $p=,059$ )

Verificámos que na população em geral o tipo de emprego mais frequente é o que exige uma qualificação média ( $N=59$ ), 13 possuem empregos que exigem baixa qualificação e 4 trabalham em locais que exigem alta qualificação. Contrariamente, as famílias com menores em risco psicossocial apresentam empregos de baixa qualificação ( $N=19$ ), 5 de média qualificação e 2 de alta qualificação. Assim, o tipo de qualificação necessária em cada emprego poderá estar associado ao tipo de família na qual o pai/mãe está inserido.

*Tabela 3: Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pela qualificação necessária a cada emprego*

		<b>Qualificação necessária a cada emprego</b>		
		Alta qualificação	Média qualificação	Baixa qualificação
<b>Família</b>		%	%	%
Geral	(n=76)	66,70	92,20	40,60
Risco	(n=26)	33,30	7,80	59,40

\*( $\chi^2$  (1)= 3,560; p=,059)

Nas famílias da população em geral o tipo de família mais frequente é a família biparental (N=67) e nas famílias da população com menores em risco a mais frequente é a família monoparental (N=23), 22 das famílias são biparentais (N=22) e 19 são reconstruídas.

O tipo de família (monoparental, biparental ou reconstruída) pode estar associado à pertença numa determinada família (família da população geral ou família com menores em risco psicossocial).

*Tabela 4: Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pelo tipo de família*

		<b>Tipo de Família</b>		
		Biparental	Monoparental	Reconstruída
<b>Famílias</b>		%	%	%
Geral	(n=76)	48,30	17,40	10,30
Risco	(n=64)	40,70	14,60	8,70

\*( $\chi^2$  (1)= 3,56; p=,059)

Referente à família extensa, tanto as famílias da população em geral como as famílias com menores em risco psicossocial referem não possuir família extensa ( $N=49$ ;  $N=53$ , respetivamente). As famílias da população em geral ( $N=21$ ), no entanto, referem possuir mais família extensa que as famílias com menores em risco psicossocial ( $N=9$ ).

Verificámos existir um maior grau de pobreza junto das famílias em risco (38 pobres e 25 não pobres) do que nas famílias da população em geral (63 não pobres e 5 encontram-se em situação de pobreza).

*Tabela 5: Distribuição dos grupos famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial pela Pobreza*

		Pobreza	
		Pobre	Não pobre
<b>Famílias</b>		%	%
Geral	( $n=76$ )	11,60	71,60
Risco	( $n=64$ )	88,40	28,40

\*( $\chi^2(1) = 3,560$ ;  $p = ,059$ )

Referente aos rendimentos mensais, as famílias da população em geral apresentam mais rendimentos ( $Min.=610€$ ;  $Máx.=4000€$ ;  $MD=1539,99€$ ;  $DP=593,60€$ ) que as famílias com menores em risco psicossocial ( $Min.=130€$ ;  $Máx.=4173€$ ;  $MD=872,72€$ ;  $DP= 653,31€$ ), sendo esta diferença estatisticamente significativa sendo esta diferença estatisticamente significativa ( $F=37,51$ ;  $p=,000$ ).

Tabela 6. Descritivos e comparação dos dados sociodemográficos das famílias da população geral e em risco.

	Geral		Risco		F	P	$\eta^2$
	M	DP	M	DP			
Nº filhos	1,68	,70	2,31	1,10	16,87	,000	,11
Idade Criança	7,54	3,19	7,05	3,51	,75	n.s.	-
Idade	37,92	6,69	36,45	8,74	1,27	n.s.	-
Pessoas convivem	3,55	,89	4,05	1,57	5,48	,021	,04
Menores no lar	1,43	0,64	2,00	,91	18,57	,000	,12
Menores 14 anos	1,32	,50	1,72	,79	13,57	,000	,09
Rendimentos Mensais	1539,99	593,60	872,72	653,31	37,51	,000	,23

\* $p < ,05$ ; \*\* $p < ,01$  \*\*\*  $p < ,001$

## 2. Relações entre as Competências Parentais Percebidas e o Stresse Parental

No que respeita à eficácia e satisfação parental, não observámos uma relação significativa no grupo da população geral. No grupo de risco a eficácia correlacionou positiva e significativamente com a satisfação parental (Tabela 7).

Observamos correlações positivas e significativas entre as diferentes dimensões do Stresse parental entre, 46 e ,89 em ambos os grupos estudados (Tabela 7).

Observámos igualmente que a satisfação parental se relaciona negativamente e significativamente em ambos os grupos com todas as subescalas do stresse parental. Quanto à eficácia, no grupo de famílias da população geral, a relação é negativa e apenas significativa com o Stresse total. No grupo de risco, observamos relações significativas e negativas entre a eficácia e todas as subescalas, exceto com a de criança difícil.

Tabela 7. Relações entre o stresse parental e as competências parentais percebidas.

	1	2	3	4	5	6
1. Distresse Parental	-	,51***	,49***	,80***	-,22	-,38**
2. Inter. Disfunc Pai-Criança	,52***	-	,69***	,86***	-,18	-,26*
3. Criança Difícil	,46***	,75***	-	,86***	-,18	-,40***
4. Stresse Parental Total	,77***	,88***	,89***	-	-,23*	-,42***
5. Eficácia Parental	-,42**	-,43***	-,20	-,40**	-	,15
6. Satisfação Parental	-,62***	-,47***	-,36**	-,56***	,41**	-
<i>M (DP)<sub>pop. geral</sub></i>	23,76 (5,93)	20,92 (5,03)	22,67 (5,89)	67,36 (14,16)	30,88 (3,84)	38,30 (5,14)
<i>M (DP)<sub>risco</sub></i>	30,81 (9,25)	23,17 (8,20)	29,11 (10,94)	83,09 (24,07)	32,36 (5,82)	36,03 (7,38)

\*  $p < ,05$ ; \*\*  $p < ,01$ ; \*\*\*  $p < ,001$

Nota: No quadrante superior direito apresentam-se as correlações do grupo da população geral e no inferior esquerdo as do grupo de risco.

### 3. Relações entre as Variáveis Sociodemográficas, as Competências Parentais Percebidas e o Stresse Parental

Na realização da correlação entre as variáveis sociodemográficas e as subescalas do instrumento PSI verificámos que a pobreza surge negativa e significativamente associada ao Distresse Parental ( $r=-,33$ ;  $p=,000$ ), à Criança Difícil ( $r=-,27$ ;  $p=,002$ ) e ao PSI total ( $r=-,28$ ;  $p=,001$ ). As restantes variáveis não apresentam nenhuma relação estatisticamente significativa com as subescalas do instrumento (tabela 8).

Tabela 8: Tabela de correlações entre as variáveis sociodemográficas e o PSI

	Distresse Parental	Interação Disfuncional Pai-Criança	Criança Difícil	PSI Total
Idade da Criança	,07	,13	,02	,08
Pobreza	-,33**	-,14	-,27**	-,28**
Menores no lar	,02	-,01	,14	,07
Pessoas com quem convivem	-,01	-,10	,01	-,03
Idade dos pais	-,03	,01	-,06	-,03
Número de filhos	,10	,01	,08	,08

\* $p < ,05$ ; \*\* $p < ,01$  \*\*\*  $p < ,001$

Ao realizar a correlação entre as variáveis sociodemográficas e o instrumento PSOC verificámos que a pobreza estabelece uma relação positiva e estatisticamente significativa com a dimensão Satisfação ( $r = ,29$ ;  $p = ,004$ ) (ver tabela 9).

Tabela 9: Correlação de Pearson entre as variáveis sociodemográficas e as dimensões do PSOC

	PSOC Eficácia	PSOC Satisfação	PSOC Total
Idade da criança	-,05	,02	-,01
Pobreza	-,01	,29**	,17
Menores no lar	,16	-,09	,02
Pessoas com quem convive	,05	-,06	-,01
Idade dos pais	-,07	,03	-,02
Número de filhos	,14	-,10	,08

\* $p < ,05$ ; \*\* $p < ,01$  \*\*\*  $p < ,001$

#### 4. Comparação do Stresse Parental e Competências Parentais

##### Percebidas entre os Dois Grupos

Ao realizar a comparação entre os dois grupos e as dimensões em estudo podemos verificar que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos e todas as dimensões compreendidas pelo instrumento PSI: Distresse Parental ( $F=29,67$ ;  $p=,000$ ), Interação Disfuncional Pai-filho ( $F=3,96$ ;  $p=,049$ ), Criança Difícil ( $F=19,59$ ;  $p=,000$ ) e o Stresse Parental ( $F=23,05$ ;  $p=,000$ ).

Tabela 10: Comparação das subescalas do Stresse Parental entre os dois grupos

	Famílias pop. Geral	Famílias de risco			
	$M (DP)$	$M (DP)$	$F$	$P$	$\eta^2$
Distresse Parental	23,76 (5,93)	30,81 (9,25)	29,67	,000	,18
Interação Disfuncional	20,92 (5,03)	23,17(8,20)	3,96	,049	,03
Criança Difícil	22,67 (5,89)	29,11 (10,94)	19,59	,000	,12
Stresse Parental Total	67,36 (14,16)	83,09 (24,07)	23,05	,000	,14

\* $p<,05$ ; \*\* $p<,01$ \*\*\*  $p <,001$

Na análise de variâncias entre os grupos: famílias com menores em risco psicossocial e famílias da população geral podemos observar que existem diferenças entre os grupos na dimensão Satisfação Parental ( $F=4,57$ ;  $p=,034$ ) e semelhanças entre as famílias com menores em risco psicossocial e as famílias da população em geral nas dimensões Eficácia Parental ( $F=3,23$ ;  $p=,075$ ) e as Competências Parentais Percebidas ( $F=,27$ ;  $p=,607$ ).

Tabela 11: Semelhanças e diferenças entre as competências parentais percebidas dentro dos dois grupos

	Famílias Geral	Famílias Risco			
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>F</i>	<i>P</i>	$\eta^2$
Eficácia Parental	30,9 (3,84)	32,4 (5,83)	3,23	,075	,023
Satisfação Parental	38,3 (5,15)	36,0 (7,38)	4,57	,034	,032
Competência Parental	69,2 (6,87)	68,4 (11,12)	,27	,607	,002

\* $p < ,05$ ; \*\* $p < ,01$  \*\*\*  $p < ,001$

## VI - Discussão

No presente tópico procederemos à discussão dos principais resultados obtidos nesta pesquisa. Num primeiro momento discutiremos os resultados obtidos acerca das características sociodemográficas dos participantes. Seguidamente, discutiremos os resultados relativos à relação entre as competências parentais percebidas e o stresse parental. E, num último momento, compararemos os dois grupos (famílias da população geral e famílias com menores em risco psicossocial) com as variáveis em estudo (competências parentais e stress parental).

### 1. Perfil Sociodemográfico dos Participantes

No presente estudo verificámos que nas famílias da população em geral era mais frequente encontrar pais casados ou em convivência com o/a companheiro/a (82,90%) e que nas famílias com menores em risco psicossocial era mais usual os pais estarem separados/divorciados (81,10%) ou serem solteiros (71,40%). Sendo que alguns autores consideram o conjuge como uma das principais fontes de apoio social (Álvarez-Dardet;

García; Sierra; Padilla; Lara; Hidalgo; Garcia & Rojas, 2013), o facto de ser pai/mãe solteiro poderá aumentar os níveis de stresse parental não conseguindo estes responder de forma adaptativa às exigências do papel parental. No entanto, as autoras Nunes, Lemos, Costa, Nunes e Almeida (2011) na sua amostra verificaram que a maioria dos participantes viviam em famílias estáveis e na sua maioria eram famílias biparentais, sendo que os pais se encontravam, maioritariamente, casados ou a viver com o seu companheiro/a.

Verificámos que as famílias em risco psicossocial ( $M=2,31$ ;  $DP=1,10$ ) possuíam mais filhos que as famílias da população em geral ( $M=1,68$ ;  $DP=,70$ ). Segundo autores como Nyle, Carlson e Garret (1970), Flouri (2005, *cit in.*, Padilla *et al.*, 2014) o elevado número de filhos costuma estar associado com uma maior perceção de stresse no núcleo familiar. No estudo de Padilla *et al.* (2014) um número elevado de filhos ou presença de outros familiares no agregado mostraram na investigação destes autores exercer uma influência relevante, os progenitores podem sentir-se sobrecarregadas perante o desafio de satisfazer numerosas necessidades. Também verificámos que as famílias em risco apresentam mais filhos menores de 14 anos ( $Min.=1$ ;  $Máx.=4$ ;  $MD=1,72$ ;  $DP=,79$ ) comparativamente às famílias da população em geral ( $Min.=1$ ;  $Máx.=3$ ;  $MD=1,32$ ;  $DP=,50$ ).

Verificámos que as famílias com menores em risco apresenta uma menor percentagem no que se refere à empregabilidade (31,00%) comparativamente à percentagem de pais empregados da população em geral (69,00%). Os nossos resultados vão de encontro à investigação de Álvarez-Dardet *et al.*, (2013) onde se verifica que apenas 41,6% da amostra se encontra ativa, mas em situações precárias e instáveis. Estes autores também referem que a maioria destes trabalhos exigem pouca ou nenhuma qualificação o que foi igualmente demonstrado pelo presente estudo, observámos que as profissões exercidas pelas famílias em risco exigem apenas uma baixa qualificação ( $N=19$ ) enquanto que, nas famílias da população em geral a qualificação mais usual é a qualificação média.

A situação de desempregabilidade junto dos pais/mães de famílias em risco tem sido apontado como um dos fatores que mais despoleta situações de stresse (Álvarez-Dardet; García; Sierra; Padilla; Lara; Hidalgo; Garcia & Rojas, 2013) dificultando o papel parental e o adequado desempenho das suas competências parentais (Nunes *et al.*, 2011).

É referido por diversos autores que os fatores principais que caracterizam as famílias em risco são o baixo nível educativo dos pais, a instabilidade económica e profissional, a monoparentalidade e a periculosidade da zona de residência.

Verificámos que as famílias com menores em risco psicossocial apresentam um maior nível de pobreza (88,40%) comparativamente com as famílias da população em geral. Os nossos resultados vão de encontro à investigação de Álvarez-Dardet *et al.* (2013) no qual a maioria das famílias contam com recursos económicos abaixo do limite oficial, ou seja, entram-se em situações precárias e de pobreza. Igualmente, Nunes & Nunes (2015) verificaram que mais de metade das famílias em risco presentes na amostra vivia em notável precariedade económica, sendo que possuíam rendimentos anuais inferiores a 60% da média do país de residência.

## **2. Relação entre as Competências Parentais Percebidas e o Stresse Parental**

Na presente investigação verificámos que no grupo das famílias com menores em risco psicossocial a eficácia correlacionou-se positivamente com a satisfação parental. Segundo Coleman & Karraker (1997) os pais/mães de famílias em risco psicossocial caracterizam-se por não se perceberem como competentes no seu papel parental. Concretamente, os indicadores mais negativos em eficácia e satisfação parental relacionaram-se nestas famílias com maiores índices de depressão e stresse parental, uma menor satisfação parental entre os progenitores, situações de maltrato frequentes e a uma conduta infantil mais

desajustada (Menéndez *et al.*, 2011). Garrido & Grimaldi (2009, *cit in.*, Menéndez *et al.*, 2011) salientam que um sentimento de competência parental distorcido dificulta a associação dos problemas infantis e familiares com as próprias competências parentais, e potencia um sentimento de perda de controlo e responsabilidade perante a tarefa educativa.

Segundo Putnick *et al.* (2010) o stresse pode estar associado com o facto de os pais terem crianças de tenra idade, conduzindo a situações médias de stresse e que, por sua vez, podem conduzir a problemas de comportamento por parte das crianças. Observámos correlações positivas e significativas entre as diferentes dimensões do stresse parental em ambos os grupos estudados. Usualmente todos os pais experimentam stresse no desempenhar do seu papel parental, no entanto segundo Abidin (1990) quando a criança apresenta certas condições de saúde do foro psicológico ou físico a parentalidade torna-se conseqüentemente mais exigente. Os pais que avaliam possuir mais exigências do que recursos para lhes fazer frente, experienciam níveis clínicos de stresse. Na literatura, a variável criança difícil tem sido associada a um maior stresse parental (Abidin, 1995; Díaz-Herrero, Nuez, Pina, Pérez-López & Martínez-Fuentes, 2010). Uma outra variável destacada é a interação entre pais e crianças Szymanski (2004) enfatiza as condições da dinâmica intrafamiliar (nomeadamente a relação afetiva entre os membros da família) e extrafamiliar (como a pobreza, e outras) como desencadeadoras de sofrimento psicológico para pais e filhos, afetando a preferência por determinadas práticas educativas.

Na presente investigação obtivemos que a satisfação parental relacionou-se negativamente em ambos os grupos com todas as subescalas do stresse parental. Segundo os resultados de Vieira (2015) os níveis mais altos de stresse parental estão relacionados com níveis mais baixos de satisfação parental e com expectativas parentais menos positivas. Também Crnic e Greenberg (1990, *cit in.*, Vieira, 2015) verificaram que os acontecimentos do dia-a-dia desencadeadores de stresse se relacionam a uma menor satisfação parental.

Vieira (2015) concluiu que existe uma relação entre os níveis mais elevados de stresse parental com níveis mais baixos de satisfação parental.

No que se refere à eficácia, no grupo das famílias da população geral, a relação é negativa e apenas significativa com o stresse parental. No grupo de risco, observámos uma relação significativa e negativa entre a eficácia e todas as subescalas do stresse parental exceto a criança difícil. Diversos estudos têm vindo a demonstrar que níveis de satisfação parental baixos encontram-se fortemente associados a problemas como a depressão, a ansiedade e o stresse parental e a práticas parentais disfuncionais (Rogers & Matthews, 2004 *cit in.*, Carvalho, 2014). Por sua vez, segundo os resultados obtidos por Padilla *et al.* (2010) a eficácia percebida pelos pais parece não predizer o distresse parental, isto é, a perceção de eficácia dos pais no que respeita ao desempenho do seu papel parental, não contribui de maneira significativa à predição da resposta stressora.

### **3. Relação entre as Variáveis Sociodemográficas, as Competências Parentais Percebidas e o Stresse Parental**

A pobreza, no presente estudo, surge associada negativamente ao distresse parental ( $r=-,328$ ;  $p=,000$ ); à criança difícil ( $r=-,266$ ;  $p=,002$ ) e ao stresse parental total ( $r=-,279$ ;  $p=,001$ ). Segundo os autores Taylor, Rodriguez, Seaton & Dominguez (2004, *cit in.*, Anderson, 2008) o nível socioeconómico familiar é um determinante importante de stresse parental. As famílias que vivem em situação de pobreza são submetidas a níveis elevados de stresse devido à pressão financeira sentida, o que diminui o nível de recursos para lidar com as tensões do dia-a-dia. Este stresse pode originar uma diminuição do bem-estar psicológico dos pais e, conseqüentemente, dos seus filhos. De igual forma, Pinderhughes *et al.* (2001, *cit in.*, Anderson, 2008) referem a existência de evidências de que os ambientes caracterizados por uma elevada criminalidade e pobreza podem resultar no isolamento social que pode levar

ao stresse parental. Os investigadores Bagley & Mallick (2000, *cit in.*, Pires & Miyazali, 2005) identificaram como fatores de risco para o abuso físico o temperamento difícil da criança, o desenvolvimento cognitivo, stresse materno, pobreza crónica, interação negativa baixa vinculação familiar e presença de perturbações familiares.

#### **4. Comparação do Stresse Parental e das Competências Parentais Percebidas entre os Dois Grupos**

Neste estudo verificámos a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos e as dimensões: distresse parental ( $F=29,67$ ;  $p=,000$ ); Interação disfuncional pai-filho ( $F=3,96$ ;  $p=,049$ ); criança difícil ( $F=19,59$ ;  $p=,000$ ) e o stresse parental ( $F=23,05$ ;  $p=,000$ ). A parentalidade envolve tarefas desafiadoras e complicadas, ser pai ou mãe envolve, constantemente, situações stressoras às quais é necessário dar resposta, sendo que os progenitores experienciam stresse crónico quando não possuem as ferramentas necessárias para fazer frente às adversidades. Segundo Abidin (1992) as características da criança (como por exemplo o temperamento, a idade, o sexo e o comportamento), as características dos pais (por exemplo a satisfação com o conjugue, a história desenvolvimental) e os fatores sociodemográficos (como a precariedade económica, o apoio social, a dimensão do agregado familiar) poderão influenciar a relação estabelecida entre pais e filhos e o stresse sentido pelos progenitores. Assim, sendo que as famílias com menor em risco psicossocial apresentam mais fatores de risco, como a pobreza, a precariedade habitacional, um maior número de filhos, exibindo, assim, diversos problemas e situações desencadeadoras de stresse (Matos & Sousa, 2004 *cit in.*, Gómez & Haz, 2007). O stresse que os pais experienciam pode ter consequências para os seus filhos já que a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis para enfrentar as situações stressoras poderão determinar a ocorrência de uma parentalidade disfuncional (Farkas & Valdés, 2010 *cit in.*, Nunes, Lemos

& Nunes, 2014) e, conseqüentemente, de uma interação disfuncional entre pais e filhos. Magnuson & Duncan (2000 *cit in.*, Nunes, Lemos & Nunes, 2014) verificaram, igualmente, que o mal-estar psicológico é mais frequente junto das populações pobres, pois sofrem mais acontecimentos de vida negativos e têm menos recursos de *coping*.

Verificámos através da variância entre grupos (as famílias com menores em risco psicossocial e as famílias da população em geral) que existem diferenças entre os grupos na dimensão satisfação parental ( $F=4,567$ ;  $p=,034$ ). De igual de igual forma, verificou que os pais que sofrem de níveis mais elevados de depressão, ansiedade e stresse apresentam uma menor satisfação com a parentalidade, uma autoestima baixa e não se percebem como possuindo competências parentais (Deković, 1999 *cit in.*, Nunes, Lemos & Nunes, 2013). O mal-estar causado por situações stressantes pode construir uma barreira aos sentimentos de satisfação parental, pois criar e educar uma criança nestas condições é uma tarefa difícil (Nunes, Lemos & Nunes, 2013). No entanto, Pérez, Lorence & Menéndez (2010) verificaram que o efeito da satisfação com o papel parental no stresse também foi observado junto dos pais e das mães da população em geral. Os mesmos autores demonstraram que a satisfação parental, nomeadamente uma avaliação positiva e otimismo perante o papel parental, tende a atenuar o surgimento de stresse parental.

Verificámos, por último, a existência de semelhanças entre as famílias com menores em risco psicossocial e as famílias da população em geral nas dimensões eficácia parental ( $F=3,225$ ;  $p=,075$ ) e as competências parentais percebidas ( $F=,266$ ;  $p=,607$ ). Autores como Raikes & Thompson (2005 *cit in.*, Nunes, Lemos & Nunes, 2013) verificaram que a eficácia parental percebida pode ter um papel preditivo do stresse parental das mães de classe social baixa. Contrariamente, Padilla, Lara & Álvarez-Dardet (2010) observaram que a percepção de eficácia por parte dos pais no que respeita ao desempenho do seu papel, não contribui de maneira significativa para a predição de uma resposta de stresse. A avaliação que os pais

fazem com respeito às suas próprias capacidades não explica diretamente o stresse que estes percecionam, senão que pode exercer um efeito de amortização que uma análise destas características não contempla totalmente. As competências parentais percebidas atuam como uma variável mediadora ou moderadora dos fatores de risco relacionados com o funcionamento parental, como a depressão materna e o temperamento difícil nas crianças (Jones & Prinz, 2005 *cit in.*, Nunes & Nunes, 2015). Os resultados de Nunes & Nunes (2015) não estão em consonância com os resultados deste estudo, pois observaram que as competências parentais percebidas dos progenitores provenientes de famílias em risco psicossocial, eram elevados. Investigações realizadas com famílias em risco psicossocial puseram em manifesto que o sentimento de competência parental apresenta características específicas nestas famílias. Assim, dispomos de evidências tanto de uma perceção negativa da própria competência como progenitor, como de uma visão distorcida do dito papel (Menéndez *et al.*, 2011).

## **5. Limitações e Contributos do Estudo**

O estudo desenvolvido apresenta algumas limitações, especialmente ao nível da amostra, do procedimento e no que se refere aos resultados.

A amostra seleccionada pertence apenas a uma área geográfica circunscrita, o Algarve, e o seu número não permite uma generalização viável dos resultados.

O preenchimento dos questionários, tanto pelos pais, como pelas mães das famílias normativas, podem estar sujeitos a falhas de interpretação, a extensão do mesmo pode levar a um maior desgaste dos inquiridos nos itens finais o que, de certa forma, pode ter condicionado as respostas dadas.

As respostas poderão ter estado sujeitas a um enviesamento dos resultados devido à necessidade de os pais agradarem ao investigador ou ao tentarem estar sempre em

consonância com outro conjugue.

Apesar das limitações apresentadas este estudo dá o seu contributo para um melhor entendimento do tema do stress parental e das competências parentais percebidas pelos pais.

## **VII- Conclusão**

A parentalidade adequada exige que ambos os progenitores coordenem os seus objetivos, estilos e estratégias, para que possam, desta forma, transmitir expectativas e valores coerentes aos seus filhos. Isto significa que a capacidade dos pais para comunicar, cooperar e gerir conflitos desempenha um papel crucial. Embora as relações conjugais e de coparentalidade estejam intimamente interligadas, esses conceitos não são sinónimos, uma vez que está englobado um terceiro elemento que afeta a natureza das interações dos pais - a criança (Grych, 2002 *cit in.*, Nunes, Nunes, & Lemos, 2014).

São muitos os contextos familiares em que as necessidades básicas dos menores não se vêm satisfeitas, sendo portanto uma ameaça para o seu desenvolvimento e sua integridade física e/ou psicológica (López, 2008). Quando as famílias não promovem a saúde familiar, nem asseguram o desenvolvimento adequado dos seus membros, especialmente o das crianças, estamos diante do que atualmente denominamos como famílias em situação de risco (García, Álvarez-Dardet, Hidalgo, Lara, & García, 2009). Este tipo de famílias - com múltiplos problemas - caracterizam-se pela presença de sintomas graves que afetam um número indeterminado de membros (Linares, 1997 *cit in.*, Sousa, 2005). Para além das características sociodemográficas mencionadas, os dados mostraram que as trajetórias e as circunstâncias atuais destas famílias são marcadas pela presença e acumulação de acontecimentos de vida negativos com um elevado impacto emocional. A presença de acontecimentos de vida stressantes dificulta a realização adequada da tarefa dos pais e a acumulação de fatores de risco tem um efeito negativo no desenvolvimento e adaptação

psicossocial das crianças e dos jovens (Rodríguez *et al.*, 2006 *cit in.*, Macedo, Nunes, Costa, Nunes, & Lemos, 2013), o que confirma a necessidade de realizar intervenções psicoeducativas junto destas famílias (Macedo *et al.*, 2013). Desta forma, e de acordo com os resultados apresentados neste trabalho, as famílias em situação de risco psicossocial têm necessidades de intervenção e de recursos, mas também pontos fortes como contextos de desenvolvimento que devem ser tidos em consideração. Isto significa que, apesar das famílias disfuncionais estarem presas a padrões repetitivos que não funcionam de forma adequada, cada indivíduo, família e comunidade, possui os seus pontos fortes, nos quais os profissionais devem contar para os ajudar a ganhar controlo sobre as suas vidas (De Shazer *et al.*, 1986 *cit in.*, Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence, & Jiménez, 2010).

Sem dúvida, as necessidades deste tipo de famílias são definidas pela precariedade (económica, residencial, e em relação aos serviços de proteção social) e dependência que dela é derivada (Menéndez Álvarez-Dardet, Arenas Rojas, Pérez Padilla, & Lorence Lara, 2012). Podemos concluir, através dos resultados obtidos neste estudo, que nas famílias com menores em risco é mais frequente os pais estarem separados/divorciados (81,10%), ou serem solteiros (71,40%). Estas famílias possuem mais filhos que as famílias da população geral, o que poderá levar a um maior stresse parental, pois os progenitores podem sentir-se sobrecarregados perante o desafio de satisfazer numerosas necessidades (Padilla *et al.*, 2014). As famílias em risco apresentam uma menor empregabilidade (31,00%), encontrando-se, na maior parte do ano, em situação de desemprego, o que pode desencadear situações de stresse parental. O que se associa com os resultados obtidos acerca da pobreza, as famílias em risco apresentam maiores níveis de pobreza comparativamente às famílias da população geral.

Nas famílias com menores em risco psicossocial a eficácia está relacionada positivamente à satisfação parental, sendo que os pais e mães de famílias em risco não consideraram desempenhar bem o seu papel parental. Concluimos ainda que a satisfação

parental se relaciona negativamente em ambas as famílias com todas as subescalas do stresse parental. Os níveis mais elevados de stresse parental estão relacionados com níveis mais baixos de satisfação com o papel parental e com expectativas parentais menos positivas (Vieira, 2015). A existência de eventos stressantes na vida das crianças é muito importante para os problemas de ajustamento (Rodríguez, Camacho, Rodrigo, Martín, Máiquez, 2006). A natureza protetora também é evidente no facto das crianças resilientes serem menos afetadas no seu desenvolvimento do que as não resilientes, nas famílias biparentais (López, Rosales, Chávez, Byrne, & Cruz, 2009).

Por último, as famílias da população geral e as famílias com menores em risco psicossocial diferem nas dimensões distresse parental, interação disfuncional pai-filho, criança difícil e stresse parental, muito frequente na literatura, onde se verifica um maior mal-estar psicológico junto das famílias com menores em risco psicossocial, pois durante a sua vida experienciam mais acontecimentos negativos e apresentam menos ferramentas para lidar com os mesmos. Em suma, a influência do stresse na família depende da acumulação de fatores stressantes e dos recursos e capacidades que a família possui para fazer face a esse stresse, sendo que, segundo o nosso estudo, as famílias com menores em risco psicossocial apresentam uma maior probabilidade de experienciar stresse a níveis crónicos, o que poderá influenciar as suas funções parentais, a forma como interagem com os seus filhos, e o uso de medidas educativas punitivas.

Os profissionais que trabalham com esses aglomerados devem também ter presente que se tratam, principalmente, de famílias estáveis para responder positivamente à intervenção (Menéndez Álvarez-Dardet, Arenas Rojas, Pérez Padilla, & Lorence Lara, 2012). Ausloos (1996) advoga que todas as famílias têm competências e que a cada família só se podem colocar problemas para os quais tenha recursos e capacidades de os solucionar. O'Hanlon (1993) escreve sobre a terapia das possibilidades, destacando que se deve procurar

o que é possível na família e não o que é impossível. Shazer (1999) coloca os indivíduos a descobrir soluções que funcionaram no passado ou no presente, para que o interventor possa colaborar na construção de soluções futuras (Sousa & Ribeiro, 2005). Na preservação familiar é essencial que os serviços de proteção e de suporte às famílias produzam alterações na figura parental (Rodrigo *et al.*, 2008).

Em forma de conclusão, podemos afirmar que a intervenção familiar é relevante uma vez que visa apoiar as famílias para que possam desempenhar as suas funções básicas, com o objetivo final de promover e garantir, sempre que possível, as necessidades dos menores dentro das suas famílias de origem (Mondragón, & Trigueros, 2004 *cit in.*, Hidalgo, Menéndez, Sánchez, Lorence, Jiménez, 2010). Numa revisão exaustiva realizada por Barrón (1996), recolhem-se, desde diferentes perspetivas, as razões da crescente importância concedida ao apoio social, tanto na investigação, bem como na prática comunitária. Portanto, a necessidade de analisar e avaliar o apoio social no contexto da intervenção comunitária com famílias em situação de risco psicossocial parece indiscutível (Verdugo, *et al.*, 2007). A análise das competências parentais é também fundamental para que os serviços de proteção de menores possam avaliar melhor o exercício da parentalidade em famílias em risco e eventualmente tomar decisões sobre a permanência ou não do menor no domicílio (López, Quintana, Casimiro, & Chaves, 2009).

## VIII – Referências Bibliográficas

- Abidin, R. R. (1990). Introduction to the special issue: the stresses of parenting. *Journal of clinical child psychology, 19* (4), 298-301.
- Abidin, R. R. (1992). The determinants of parenting behaviour. *Journal of clinical child psychology, 21*, 407-412.
- Abidin, R.R. (1995) *Parenting Stress Index – Professional Manual* (3<sup>a</sup> ed.). Odessa: Psychological Assessment Resource, Inc.
- Amorós, P., Palacios, J. (2004). *Acogimiento familiar*. Madrid: Alianza.
- Anderson, L. S. (2008). Predictors of parenting stress in a diverse sample of parents of early adolescents in high-risk communities. *Nursing research, 57*, 340-350.
- Anthony, L. G., Anthony, B. J., Glanville, D. N., Naiman, D. Q., Waanders, C., & Shaffer, S. (2005). The relationships between parenting stress, parenting behaviour and preschoolers' social competence and behaviour problems in the classroom. *Infant and child development, 14*, 133-154. doi: 10.1002/icd.385
- Aranda, C. L. (2013). An ecological investigation of contextual factors and cognitions that impact parental responsivity for low-income mothers of preschool-age children (Dissertação de Doutorado). University of Oregon Graduate School, Oregon, Estados Unidos Da América.

Ardoino, G. I., Queirolo, E. I., Barg, G., Ciccariello, D. A., & Kordas, K. (2015).

The relationship among depression, parenting stress, and partner support in low-income women from Montevideo. *Health care for women international*, 36, 392-408. doi: 10.1080/07399332.2013.852552

Ayala-Nunes, L., Lemos, I. & Nunes, C. (2014). Predictores del estrés parental en

madres de familia en riesgo psicosocial. *Universitas Psychologica*, 13 (2), 529-539. doi:10.11144/Javeriana.UPSY13-2.pepm

Ayoub, C., Mastergeorge, A. M., & Vallotton, C. D. (2011). Developmental pathways

to integrated social skills: the roles of parenting and early intervention. *Child development*, 82, 583-600. doi: 10.1111/j.1467-8624.2010.01549.x

Calheiros, M. M., Garrido, M. V., & Santos, S. V. (2012). *Crianças em risco e perigo.*

*Contextos, investigação e intervenção* (Vol. 2). Edições Sílabo

Carvalho, C. S. P. S. (2014). *Comportamentos disciplinares, eficácia e satisfação em mães de crianças de idade pré-escolar* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.

Cicchetti, D., & Rizley, R. (1981). Developmental perspectives on the etiology,

intergenerational transmission, and sequelae of child maltreatment. *New Directions for Child Development*, 11, 31-55.

- Cicchetti, D., & Valentino, K. (2006). An ecological-transactional perspective on child maltreatment: Failure of the average expectable environmental and its influence in child development. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.). *Developmental psychopathology*, 3 (2), 129-201.
- Coleman, P. K., Karraker, K. H. (2003). Maternal self-efficacy beliefs, competence in parenting, and toddlers' behaviour and developmental status. *Infant mental health journal*, 24, 126-148. doi: 10.1002/imhj.10048
- Conger, R. D., Conger, K. J., Elder, G. H., Lorenz, J. F. O., Simons, R. L., & Whitbeck, B. (1993). Family economic stress and adjustment of early adolescent girls. *Developmental psychology*, 29, 206-279.
- Costa, D. M. (2012). *A Competência Parental Percebida e a Adaptação Psicossocial de Adolescentes em Risco de Abandono Escolar* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais), Faro, Portugal.
- Dawson-McClure, S., Calzada, E., Huang, K., Kamboukos, D., Rhule, D., Kolawole, B., Petkova, E., & Brotman, L. M. (2015). A Population-Level Approach To Promoting Healthy Child Development and School Success in Low-Income, Urban Neighborhoods: Impact On Parenting and Child Conduct Problems. *Prevention Science*, 16, 279-290. doi: 10.1007/s11121-014-0473-3.

- Díaz-Herrero, A. Nuez, A. G. B., Pina, J. A. L., López, J. P., & Martínez-Fuentes, M. T. (2010). Estructura factorial y consistencia interna de la versión española del Parenting Stress Index-Short Form. *Psicothema*, 22, 1033-1038.
- Ferreira, B., Monteiro, L., Fernandes, C., Cardoso, J., Veríssimo & Santos, A. J. (2014). Percepção de competência parental: exploração de domínio geral de competência e domínios específicos de auto-eficácia, numa amostra de pais e mães portuguesas. *Análise Psicológica*, 2 (32), 145-156. Doi:10.14417/ap.854.
- Flouri, E. (2005). *Fathering and child outcomes*. West Sussex, England: John Wiley & Sons Ltd.
- Freijo, E. A. (2004). *Familia y desarrollo psicológico*. Espanha: Pearson Educación.
- Gilmore, L., Cuskelly, M. (2008). Factor structure of the Parenting Sense of Competence scale using a normative sample. *Child: care, health and development*, 35, 48-55.doi:10.1111/j.1365-2214.2008.00867.x
- Gómez, E., Muñoz, M. M., & Haz, A. M. (2007). Familias Multiproblemáticas y en Riesgo Social: Características e Intervención. *Psykhe*, 16, 43-54.
- Hidalgo García, M. V., López Verdugo, I., & Sánchez Hidalgo, J. (2004). Perfil de las usuarias de servicios sociales comunitarios. *Portularia*, 4, 95-102.

Hidalgo García, M. V., Lorence Lara, B., Pérez Padilla, J., & Menéndez Álvarez-Dardet, S. (2012). Tipología de familias en situación de riesgo psicossocial: el papel de la estructura familiar. *Revista mexicana de psicología*, 29, 165-174.

Hidalgo García, M. V., Menéndez Álvarez-Dardet, S., Sánchez Hidalgo, J., Lorence Lara, B., & Jiménez García, L. (2009). La intervención con familias en situación de riesgo psicossocial. Aportaciones desde un enfoque psicoeducativo. *Apuntes de Psicología*, 27 (2-3), 413-426.

Hidalgo García, M. V., Menéndez Álvarez-Dardet, S., Sánchez Hidalgo, J., Lorence Lara, B., & Jiménez García, L. (2010). Intervention with at-risk families; Contributions from a psycho-educational perspective. *Colegio Oficial de Psicólogos*, 14 (1), 48-56.

Hidalgo García, M. V., Pérez Padilla, J., Lorence, Lara, B., & Menéndez Álvarez-Dardet, S. (2012). Tipología de familias en situación de riesgo psicossocial. El papel de la estructura familiar. *Revista Mexicana de Psicología*, 29, (2),165-174.

Hurley, K, D., Griffith, A., Ingram, S., Bolivar, C., Mason, W. A., & Trout, A. (2012). An approach to examining the proximal and intermediate outcomes of an intensive family preservation program. *Journal of child family studies*, 21, 1003-1017. doi:10.1007/s10826-011-9563-z.

Jiménez García, L., Menéndez Álvarez-Dardet, S., & Hidalgo García, M. V. (2008). Análisis de los acontecimientos vitales estresantes durante la adolescencia. *Apuntes de Psicología*, 26 (3), 427-440.

- Johnston, C., Mash, E. J. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of clinical child psychology, 18*, 167-175.
- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical Psychology Review, 25*, 341-363.  
doi:10.1016/j.cpr.2004.12.004
- Kotliarenco, M. A. (1996). La caracterización de la familia en condiciones de pobreza: su aporte a la Educación Inicial. *Pensamiento educativo, 19* (2), 373-394.
- López Verdugo, I., Menéndez Álvarez-Dardet, S., Lorence Lara, B., Jiménez García, L., Hidalgo García, M. V., Sánchez Hidalgo, J. (2007). Evaluation of social support by means of the Scale ASSIS: description and results in a sample of mothers in situation of psychosocial risk. *Intervención Psicosocial, 16* (3), 323-337.
- Macedo, C., Nunes, C., Costa, D., Nunes, L. A., & Lemos, I. (2013). Apoio social, acontecimentos stressantes, adaptabilidade e coesão em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, saúde e doenças, 14* (2), 304-312.
- Máiquez, M. L., Rodrigo, M. J., Capote, C., & Vermaes, I. (2000). Aprender en la vida cotidiana. *Un programa experiencial para padres*. Madrid: Visor.
- Martín-Quintana, J. C., Chaves, M. L. M., López, M. J. R., Byrne, S., Ruiz, B. R., & Suárez, G. R. (2009). Parenting programs. *Intervención psicosocial, 18* (2), 121-133.

McLoyd, V., Jayaratne, T. E., Ceballo, R., & Borquez, J. (1994). Unemployment and work interruption among African American single mothers: Effects on parenting and adolescent socioemotional functioning. *Child Development, 65*, 562–589.

McKelvey, L. M., Whiteside-Mansell, L., Conners-Burrow, N. A., Swindle, T. & Fitzgerald, S. (2015). Assessing adverse experiences from infancy through early childhood in home visiting programs. *Child Abuse & Neglect, 1-8*.

Mckelvey, L., Schiffman, R. F., Brophy-Herb, H. E., Bocknek, E. L., Fitzgerald, H. E., Reischl, T. M., Hawver, S., & Deluca, M. C. (2015). Examining Long-Term Effects Of An Infant Mental Health Home-Based Early Head Start Program On Family Strengthe And Resilience. *Infant Mental Health Journal, 36* (4), 353-365.  
doi:10.1002/imhj.21518

Mendes, M. (2013). *Competências parentais percebidas e satisfação marital em famílias com menores em risco* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais), Faro, Portugal.

Menéndez Álvarez-Dardet, S, Arenas Rojas, A., Pérez Padilla, J., Lorence Lara, B. (2012). Madres usuarias de servicios de preservación familiar: perfil sociodemográfico y evolución. *Cuadernos de trabajo social, 25* (1), 193-203.

- Menéndez Álvarez-Dardet, S., Hidalgo García, M. V., Jimenénez García, L., Lorence Lara, B., & Sánchez Hidalgo, J. (2010). Perfil psicossocial de famílias em situação de risco, estudo de necessidades com usuárias dos Serviços Sociais Comunitários por razões de preservação familiar. *Anales de Psicología*, 26 (2): 378-389.
- Menéndez Álvarez-Dardet, S., Hidalgo García, M. V., Pérez Padilla, J., Lorence Lara, B., Sánchez Hidalgo, J., Jiménez García, L., & Arenas Rojas, A. (2013). Familias en riesgo que reciben intervención de preservación familiar. Spain: Diputación de Huelva.
- Menéndez, Álvarez-Dardet, S., Jiménez García, L., & Hidalgo García, M. V. (2011). Estructura factorial de la escala PSOC (Parental Sense of Competence) en una muestra de madres usuarias de servicios de preservación familiar. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica*, 32 (2), 187-204.
- Montigny, F., & Lacharité, C. (2005). Perceived parental efficacy: concept analysis. *Nursing Theory And Concept Development Or Analysis*, 49 (4), 387-396.
- Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2015). Famílias em risco psicossocial: desafios para a avaliação e intervenção. *Journal of child and adolescent psychology*, 6 (1), 95-107.
- Nunes, C., Jiménez, L., Menéndez, S., Ayala-Nunes, L., & Hidalgo, V. (2014). Psychometric properties of an adapted version of the parental sense of competence (PSOC) scale for Portuguese at-risk parents. *Child and family social work*. doi: 10.1111/cfs.12159.

- Nunes, C., Lemos, I., Ayala-Nunes, L., & Costa, D. (2013). Acontecimentos de vida stressantes e apoio social em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, saúde & doenças, 14*, 313-320.
- Nunes, C., Lemos, I., Costa, D., Nunes, L., & Almeida, S. (2011). Social support and stressful life events in portuguese multi-problem families. *Desafíos y perspectivas actuales de la psicología, 5*, 497-505.
- Nunes, L. A., Nunes, C., Lemos, I. (2013). Parenting aliance among mothers of psychosocially at-risk families. *Discussion Papers - Spatial and Organizational Dynamics, 13*, 18-30.
- Palacios, J., Jiménez, J., Oliva, A. y Saldaña, D. (1998). Malos tratos a los niños en la familia. En M. J. Rodrigo y J. Palacios (Coords.). *Familia y desarrollo humano* (pp. 399-421). Madrid: Alianza.
- Pereira, M., Negrão, M., Soares, I., & Mesman J. (2015). Predicting harsh discipline in at-risk mothers: the moderating effect of socioeconomic deprivation severity. *Journal of child and family studies, 24*, 725-733. doi: 10.1007/s10826-013-9883-2
- Pérez Padilla, J., Hidalgo García, M. V., & Menéndez Álvarez-Dardet, S. (2012) Estrés Parental en familias en riesgo psicossocial. El papel del lugar de control como progenitor. *Ansiedad y estrés, 18*, 55-67.

- Pérez Padilla, J., Lorence Lara, B., & Menéndez Álvarez-Dardet, S. (2010). Estrés y competencia parental: Un estudio con madres y padres trabajadores. *Suma psicológica, 17*, 47-57.
- Pérez Padilla, J., & Menéndez Álvarez-Dardet, S. (2014). Un análisis tipológico del estrés parental en familias en riesgo psicossocial. *Salud mental, 37* (1), 27-34.
- Pérez Padilla, J., Menéndez Álvarez-Dardet, S., & Victoria Hidalgo, M. (2014). Estrés parental, estrategias de afrontamiento y evaluación del riesgo en madres de familias en riesgo usuarias de los servicios sociales. *Psychosocial intervention, 23*, 25-32. doi: 10.5093/in2014a3
- Pinto, A. S. (2013). *Vinculação aos pais, psicopatologia e perceção de competências parentais em mães de crianças utentes da consulta de Psicologia* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais), Faro, Portugal.
- Pires, A. L. D., & Miyazaki, M. C. O. S. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arquivo de Ciências da Saúde, 12*, 42-49.
- Putnick, D. L., Bornstein, M. H., Hendricks, C., Painter, K. M., & Suwalsky, J. T. D. (2008). Parenting Stress, perceived parenting behaviors, and adolescent self-concept in european american families. *Journal of family psychology, 22*, 752-762. doi: 10.1037/a0013177

- Ramos, E. C. (2013). *Competências Parentais Percebidas, Aliança Parental e Bem-Estar Infantil em Famílias de Risco Psicossocial* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais), Faro, Portugal.
- Rodrigo López, M. J., Cabrera Casimiro, E., Martín Quintana, J. C., & Máiquez Chaves, M. L. (2009). Parental competences in psychosocial risk context. *Intervención psicossocial, 18* (2), 113-120.
- Rodrigo López, M. J., Camacho Rosales, J., Máiquez Chávez, M. L., Byrne, S., & Benito Cruz, J. M. (2009). Factores que influyen en el pronóstico de recuperación de las familias en riesgo psicossocial: el papel de la resiliencia del menor. *Psicothema, 21* (1), 90-96.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., Martín, J.C., & Byrne, S. (2008). *Preservación Familiar. Un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Psicología Pirámide.
- Rodrigo, M. J., & Palacios, J. (1998) *Familia y desarrollo humano*. Rioja: Alianza Editorial.
- Rodríguez, G., Camacho, J., Rodrigo, M. J., Martín, J. C., & Máiquez, M. L. (2006). Evaluación del riesgo psicossocial en familias usuarias de servicios sociales municipales. *Psicothema, 18* (2), 200-206.
- Schaffer, H. R. (2004). *Introducing child psychology*. Oxford: Blackwell Publishing.

- Segerstrom, S. C., & O'Connor, D. B. (2012). Stress, health and illness: Four challenges for the future. *Psychology & health*, 27, 128-140. doi: 10.1080/08870446.2012.659516
- Seigny, P. R., Loutzenhiser, L. (2009). Predictors of parenting self-efficacy in mothers and fathers of toddlers. *Child: care, health and development*, 36, 179-189. doi:10.1111/j.1365-2214.2009.00980.x
- Shumow, L., Lomax, R. (2002). Parental efficacy: predictor of parenting behavior and adolescent outcomes. *Parenting: science and practice*, 2, 127-150. doi: 10.1207/S15327922PAR0202\_03
- Silva, N. C. B., Nunes, C. C., Betti, M. C. M., & Rios, K. D. A. (2008). Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. *Temas em Psicologia*, 16 (2), 215–229.
- Sousa, C. M. (2011). *Coesão Familiar, Competências Parentais e Fatores de Risco em Mães Imigrantes e Portuguesas* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Algarve (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais), Faro, Portugal.
- Sousa, L. (2005). Building on personal networks when intervening with multi problems poor families. *Journal of Social Work Practice*, 19 (2), 163-179. doi: 10.1080/02650530500144766
- Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.

Sousa, L., & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. *Psicologia, 19* (1-2), 169-191.

Sousa, L., Ribeiro, C., & Rodrigues, S. (2006). Intervention with multi-problem poor clients: towards a strengths-focused perspective. *Journal of Social Work Practice, 20* (2), 189-204. doi: 10.1080/02650530600776913

Taylor, R. D., Roberts, D., & Jacobson, L. (1997). Stressful life events, psychological well-being, and parenting in african american mothers. *Journal of family psychology, 11*, 436-446.

Trianes, M. V. (1999). *Estrés en la infancia. Su prevención y tratamiento*. (2ª. ed.). Madrid: Narcea, S.A. de Ediciones.

Vieira, S. F. (2015). Stress, satisfação e expectativas parentais em mães e pais de crianças em idade escolar. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa (Faculdade de Psicologia), Lisboa, Portugal.

Whiteside-Mansell, L., Ayoub, C., McKelvey, L., Faldowski, R. A., Hart, A., & Shears, J. (2007). Parenting stress of low-income parents of toddlers and preschoolers: psychometric properties of a short form of the parenting stress index. *Parenting: science and practice, 7*, 27-56.

# ANEXOS

## **Estudo sobre o bem-estar das crianças e das famílias no Algarve**

Exmo.(a) Sr.(a) Encarregado(a) de Educação

Uma equipa de investigação da Universidade do Algarve está a desenvolver um estudo com o objetivo de conhecer o bem-estar das crianças e das famílias no Algarve. Pedimos a sua colaboração no preenchimento destes questionários que são parte fundamental do estudo.

Pedimos que leia as instruções e responda a todas as perguntas de forma espontânea e sincera, de acordo como aquilo que faz, sente ou pensa. Não existem respostas corretas ou erradas, o que nos interessa é a sua opinião. Por favor, responda a todas as questões com o máximo de veracidade e não deixe respostas em branco.

**AGRADECEMOS DESDE JÁ A SUA COLABORAÇÃO!**

Compreendo que:

A minha participação neste estudo é inteiramente voluntária;

Colaborando nesta investigação estou a possibilitar o avanço do conhecimento nesta área, mas que não me podem ser dadas garantias de qualquer benefício direto ou indireto pela minha participação no estudo;

Posso recusar-me a colaborar nesta investigação, ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga quaisquer consequências negativas.

Compreendo ainda que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade e a do meu filho(a) e dados confidenciais jamais poderão ser revelados em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa.

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_